



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

JOSÉ PERY DOS ANJOS LOBATO JUNIOR

**O (DES) USO DA POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL COMO FORMA DE
RACIONALIZAÇÃO DO GASTO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ:
ANÁLISE SOBRE A PERSPECTIVA DA AGENDA AMBIENTAL DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P) E DO PROJETO ESPLANADA
SUSTENTÁVEL (PES)**

FORTALEZA – CEARÁ

2021

JOSÉ PERY DOS ANJOS LOBATO JUNIOR

O (DES) USO DA POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL COMO FORMA DE
RACIONALIZAÇÃO DO GASTO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ:
ANÁLISE SOBRE A PERSPECTIVA DA AGENDA AMBIENTAL DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P) E DO PROJETO ESPLANADA SUSTENTÁVEL
(PES)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional Em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof.^o Dr.^o Alexandre Gomes Galindo.

FORTALEZA – CEARÁ

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Lobato Junior, Jose Pery dos Anjos.

O (des) uso da política de gestão ambiental como forma de racionalização do gasto na universidade federal do Amapá: análise sobre a perspectiva da agenda ambiental da administração pública (A3P) e do projeto esplanada sustentável (PES) [recurso eletrônico] / Jose Pery dos Anjos Lobato Junior. - 2020.

99 f. : il.

Dissertação (MESTRADO PROFISSIONAL) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Profissional Em Planejamento E Politicas Públicas - Profissional, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo.

1. Políticas públicas. 2. Gestão Ambiental.
3. Sustentabilidade.. I. Título.

JOSÉ PERY DOS ANJOS LOBATO JUNIOR

O (DES) USO DA POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL COMO FORMA DE RACIONALIZAÇÃO DO GASTO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ: ANÁLISE SOBRE A PERSPECTIVA DA AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P) E DO PROJETO ESPLANADA SUSTENTÁVEL (PES)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 15 /01/2020

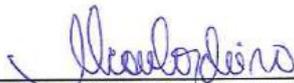
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo (Orientador)
Universidade Federal do Amapá - UNIFAP



Prof. Dr. Francisco Horácio Frota da Silva Frota
Universidade Estadual do Ceará - UECE



Prof.ª Dr.ª Maria da Conceição da Silva Cordeiro
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus, que em sua infinita sabedoria colocou força em meu coração para vencer essa etapa de minha vida. A fé no Senhor, sem dúvidas, me ajudou a lutar até o fim.

A minha família, especialmente ao meu pai, irmãos, tios e primos, que sempre estiveram presentes nos momentos que sempre precisei. A minha mãe, Orilena Lima (*in memoriam*), que deve estar sorrindo com essa conquista.

Aos representantes do Sindicato dos técnicos (SINSTAUFAP): Arlene Xavier, Lorena Almeida, Rafael Saldanha, Édico Renê, que foram incansáveis na busca por melhorias na qualificação da nossa categoria.

Aos nobres colegas de turma pelo repasse de conhecimento, subsídio ideológico e ajuda mútua. Juntos conseguimos avançar e vencer todos os obstáculos.

Aos meus colegas da Proplan que sempre foram compreensíveis nas minhas ausências, nunca deixaram desistir, sempre cobrando o término. Além de me darem estímulos para vencer esse desafio.

Agradeço também a todos os docentes do Mestrado Profissional de Políticas Públicas da UECE pela excelência da qualidade técnica de cada um.

Aos docentes Cláudio Márcio, Cláudia Chelala e Javenilson que nos foram peças fundamentais na preparação para o mestrado.

Obrigado ao Dr. Alexandre Galindo, grande professor e orientador, que teve paciência no decorrer dessa caminhada. Agradeço muito por sua confiança e incansável dedicação. Você nunca perdeu a fé na minha pesquisa e soube me amparar nos momentos mais difíceis. Muito obrigado por me manter motivado durante todo o processo.

Por fim, deixo aqui um agradecimento especial a minha eterna companheira de todos os momentos, Luana Marques, que sempre foi minha sustentação e meu refúgio. Aos meus filhos, minha razão de existir, que por eles consigo forças para vencer os obstáculos mais difíceis.

“Os homens são bons ou maus, úteis ou inúteis, graças a sua educação”. (John Locke)

RESUMO

Com o aumento dos problemas ambientais a gestão ambiental tem ocupado papel de relevância nos debates mundiais, fato este decorrente do consumo excessivo dos recursos naturais que dão suporte a vida do homem no planeta. Dessa forma, a gestão ambiental deixou de ser uma discussão de importância secundária, assumindo destaque tanto esfera privada como esfera pública. Na universidade que profissionais de inúmeras áreas se desenvolvem, dirigem, gerenciam, trabalham e influenciam as organizações da sociedade, por isso, tem um papel tão importante na sociedade pela formação e conscientização de indivíduos e futuros profissionais, preocupados com a preservação do meio ambiente. O presente estudo visou investigar se existe práticas de gestão ambiental na Unifap, bem como quais as principais potencialidades e entraves para a implementação dessas ações na Universidade Federal do Amapá, sobre a perspectiva da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e do Projeto Esplanada Sustentável (PES). O cenário de estudo adotado foi a Universidade Federal do Amapá, Campus Marco Zero, localizado na cidade de Macapá, estado do Amapá. A metodologia adotada neste trabalho foi realizada, inicialmente, em livros, artigos científicos, publicações eletrônicas e outros, caracterizando uma pesquisa bibliográfica. Quanto à sua finalidade esse estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, isso porque visa adquirir conhecimentos sobre determinada realidade com a intenção de contribuir para a solução de problemas reais. Com relação aos objetivos esta pesquisa é exploratória e descritiva. Os resultados demonstraram que a comunidade acadêmica tem pouco conhecimento ou conhecimento superficial sobre a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) ou sobre o Projeto Esplanada Sustentável (PES). Mas a comunidade acadêmica percebe que a implantação de práticas de gestão ambiental tem papel essencial de proteção do meio ambiente, como forma, inclusive, de propiciar melhor qualidade de vida à população envolvida. A não adesão da instituição a A3P demonstra que a instituição não priorizou o debate das questões ambientais no seu cotidiano. Desta forma, conclui-se que parte das ações implementadas é para cumprir com marcos legais impostos pela União.

Palavras-chave: Políticas públicas. Gestão Ambiental. Sustentabilidade.

ABSTRACT

With the increase in environmental problems, environmental management has played an important role in world debates, a fact that arises from the excessive consumption of natural resources that support human life on the planet. Thus, environmental management is no longer a discussion of secondary importance, assuming prominence in both the private and public spheres. At the university, professionals from numerous fields develop, direct, manage, work and influence society organizations, which is why they play such an important role in society by training and raising awareness of individuals and future professionals, concerned with preserving the environment. The present study aimed to investigate whether there are environmental management practices at Unifap, as well as what are the main potentialities and obstacles for the implementation of these actions at the Federal University of Amapá, on the perspective of the Environmental Agenda in Public Administration (A3P) and the Sustainable Esplanada Project (PES). The study scenario adopted was the Federal University of Amapá, Campus Marco Zero, located in the city of Macapá, state of Amapá. The methodology adopted in this work was initially carried out in books, scientific articles, electronic publications and others, featuring a bibliographic search. As for its purpose, this study is characterized as applied research, because it aims to acquire knowledge about a certain reality with the intention of contributing to the solution of real problems. Regarding the objectives, this research is exploratory and descriptive. The results showed that the academic community has little knowledge or superficial knowledge about the Environmental Agenda of Public Administration (A3P) or about the Sustainable Esplanade Project (PES). However, the academic community realizes that the implementation of environmental management practices plays an essential role in protecting the environment, as a way of providing a better quality of life for the population involved. The institution's non-adherence to A3P demonstrates that the institution has not prioritized the debate on environmental issues in its daily life. Thus, it is concluded that part of the implemented actions is to comply with legal frameworks imposed by the Union.

Keywords: Public policies. Environmental Management. Sustainability.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Quantitativo de Técnico-administrativos da UNIFAP por titulação, de 2013 a 2018.....	52
Tabela 2 -	Quantitativo de Docentes da UNIFAP por titulação – de 2013 a 2018.....	53
Tabela 3 -	Dotações Orçamentárias, por Grupo de Natureza de Despesa, entre 2013-2017 (UNIFAP).....	54
Tabela 4 -	Tamanho da população por estratos na Unifap.....	62
Tabela 5 -	Distribuição dos participantes da amostra sobre a percepção ambiental.....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Check list da adequação da UNIFAP aos objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).....	74
Quadro 2 -	Check list referente à adesão da UNIFAP ao Eixo temático I da A3P - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos.....	75
Quadro 3 -	Check list referente à adesão da UNIFAP ao Eixo temático II - Gestão adequada dos resíduos gerados.....	76
Quadro 4 -	Check list referente à adesão da UNIFAP ao Eixo temático III da A3P- Qualidade de vida no ambiente de trabalho.....	77
Quadro 5 -	Check list referente à adesão da IFES ao Eixo temático IV da A3P - Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores.....	81
Quadro 6 -	Check list referente à adesão da IFES ao Eixo temático V da A3P - Licitações Sustentáveis.....	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Ciclo de políticas públicas.....	21
Figura 2 -	O papel da universidade na sociedade, relativo ao desenvolvimento sustentável.....	35
Figura 3 -	Ilustração da Política dos 5R's.....	40
Figura 4 -	Evolução da configuração espacial do estado Amapá.....	45
Figura 5 -	Mapa de áreas protegidas do Amapá.....	46
Figura 6 -	Distribuição espacial da infraestrutura da UNIFAP.....	48
Figura 7-	Organograma da UNIFAP.....	49
Figura 8 -	Sistema de acionamento por caixa de descarga embutida na parede.....	56
Figura 9 -	Torneiras com arejador.....	57
Figura 10 -	Torneira Hidromecânica.....	57
Figura 11 -	Instalação de lixeiras seletivas.....	58
Figura 12 -	Entrevistas com gestores dos setores estratégicos da Unifap.....	61
Figura 13 -	Lâmpadas ligadas durante o dia pelos corredores da instituição.....	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Quantitativo de termos de adesões à A3P por esfera de governo.....	37
Gráfico 2 -	Evolução de adesões à A3P: Nacional.....	37
Gráfico 3 -	Distribuição da população estudada segundo gênero (%).....	64
Gráfico 4 -	Caracterização dos respondentes por faixa etária.....	65
Gráfico 5 -	Nível de escolaridade da população entrevistada.....	65
Gráfico 6 -	Percepção sobre a busca de informações do cotidiano a respeito das questões ambientais.....	66
Gráfico 7 -	Percepção sobre o nível de preocupação da UNIFAP em aplicar ações de sustentabilidade.....	67
Gráfico 8 -	Percepção sobre a existência de programas ou ações de incentivo à promoção de sustentabilidade na Unifap..	68
Gráfico 9 -	Percepção sobre a importância da implantação de políticas de gestão ambiental na Unifap.....	68
Gráfico 10 -	Conhecimento sobre Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) ou sobre o Projeto Esplanada Sustentável (PES).....	69
Gráfico 11 -	Atividades para implementar ações de sustentabilidade e racionalização de gastos.....	70
Gráfico 12 -	Compartilhamento de ideias e/ou sugestões relativas à sustentabilidade.....	71
Gráfico 13 -	Visão sobre proposição de editais para ações de gestão ambiental da universidade.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEEA	Assessoria Especial de Engenharia e Arquitetura
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
A3P	Agenda Ambiental na Administração Pública
IES	Instituições de Ensino Superior
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
MEC	Ministério da Educação
PDI	Programa de Desenvolvimento Institucional
PEC	Proposta de Emenda a Constituição
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PES	Projeto Esplanada Sustentável
PROAD	Pró-reitoria de Administração
PROGEP	Pró-reitoria de Gestão de Pessoas
PROPLAN	Pró-reitoria de Planejamento
PNMA	Política Nacional Sobre Meio Ambiente
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
TQEM	Administração da Qualidade Ambiental Total
TQM	Administração da Qualidade Total
TQEM	Administração da Qualidade Ambiental Total
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	CONTEXTUALIZANDO POLÍTICAS PÚBLICAS.....	19
2.1	Conceitos de Políticas Públicas.....	19
2.2	Ciclo de Políticas Públicas.....	21
2.3	Políticas públicas e governabilidade.....	23
3	PERSPECTIVAS SOBRE MEIO AMBIENTE E POLÍTICAS AMBIENTAIS.....	28
3.1	Abordagem introdutória sobre meio ambiente e gestão ambiental.....	28
3.1.1	A Gestão Ambiental no Setor Público Federal.....	30
3.1.2	A Gestão Ambiental nas Instituições de Ensino Superior.....	33
3.1.3	A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).....	36
3.1.4	Projeto Esplanada Sustentável.....	42
4	A REGIÃO AMAZÔNICA, O AMAPÁ E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ.....	43
4.1	A região Amazônica.....	43
4.2	O Estado do Amapá.....	44
4.3	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).....	47
4.3.1	Recursos Humanos.....	51
4.3.2	Ações de Gestão Ambiental na Unifap.....	55
5	PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS.....	59
5.1	Caracterização do local de estudo e público alvo.....	59
5.2	Instrumentos de pesquisa, coleta de dados e procedimentos de utilização.....	60
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	63
6.1	Análise sobre a percepção ambiental.....	63
6.2	Análise dos dados das dimensões do <i>Check list</i>.....	72
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
	REFERÊNCIAS.....	87
	ANEXO A – CHECK LIST DE ADESÃO AOS OBJETIVOS DA A3P..	92
	ANEXO B - QUESTIONÁRIO SOBRE PERCEPÇÃO.....	95
	APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.....	97
	APÊNDICE B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	98

1 INTRODUÇÃO

Grande parte da problemática global do Meio Ambiente, senão toda ela, gira em torno da sustentabilidade. Esse tema é item obrigatório de inúmeras conversas, desde os debates científicos até os debates jornalísticos, do âmbito das escolas ao fórum dos movimentos sociais, dos saraus eruditos às conversas de botequim. Evidentemente, nesses diferentes meios, a sustentabilidade é abordada com respectiva tendência. Dos lares mais modestos, e passando pelos mais diferentes ambientes sociais e de trabalho, e pelos gabinetes onde se tomam decisões acerca do destino das famílias e das cidades, até as complexas decisões concernentes ao destino da ‘casa comum’ – o Planeta em que existimos, vivemos e atuamos (MILARÉ, 2014).

É difícil localizar na história uma causa que tenha conseguido tamanha convergência e em tão pouco tempo como o desenvolvimento sustentável. Surgida como alertas que tinham como base acidentes e impasses ambientais, a proposta de se imprimir um caráter sustentável passou à busca de um desenvolvimento econômico e social que de fato expressasse o aspecto racional dessa proposta de sustentabilidade.

Como bem salienta Barbieri (2014), o conceito de desenvolvimento sustentável sugere um legado permanente de uma geração a outra, para que todas possam prover suas necessidades, a sustentabilidade, ou seja, a qualidade daquilo que é sustentável passa a incorporar o significado de manutenção e conservação *ad aeterno* dos recursos naturais. Isso exige avanços científicos e tecnológicos que ampliem permanentemente a capacidade de utilizar, recuperar e conservar esses recursos, bem como novos conceitos de necessidades humanas para aliviar as pressões da sociedade sobre eles.

A preocupação ambiental e preservação do meio ambiente não é nova, pois remonta a meados da década de 1970, momento em que alguns países industrializados começaram a formular e a implementar legislação sobre questões. Entretanto, a temática da gestão ambiental, enquanto preocupação da academia, surgiu apenas no final da década de 1990 e nos primeiros anos do século XXI (SHIGUNOV NETO; TEIXEIRA E CAMPOS; 2005).

Com o aumento dos problemas ambientais a gestão ambiental tem

ocupado papel de relevância nos debates mundiais, fato este decorrente do consumo excessivo dos recursos naturais que dão suporte a vida do homem no planeta. Dessa forma, a gestão ambiental deixou de ser uma discussão de importância secundária, assumindo destaque tanto esfera privada como esfera pública.

O conceito de gestão ambiental pública o revela o aspecto conciliador do Estado quanto às questões ambientais. Conforme observado por Floriano (2007):

Gestão ambiental pública é um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído. Este processo de mediação define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e também, como se distribuem na sociedade os custos e os benefícios decorrentes da ação destes agentes (FLORIANO, 2007, p. 2).

Portanto, a inclusão de políticas de gestão ambiental na administração pública federal visa dar eficácia aos dispositivos constitucionais e aos objetivos da Política Nacional Sobre Meio Ambiente (PNMA) no âmbito das práticas administrativas nos órgãos públicos federais, inserindo critérios de sustentabilidade em suas atividades fins, estabelecendo uma cultura institucional de valorização e conservação do meio ambiente, tornando-se um agente indutor de práticas sustentáveis tanto no âmbito público quanto na própria sociedade.

Além da preocupação ambiental presente, quando enfrentamos um período de instabilidade econômica é normal que seja colocado em discussão como é a qualidade do gasto público. E o Brasil enfrentou, nos últimos anos, certa instabilidade tanto no cenário político como no econômico. Como resultado dessa instabilidade, o Governo Federal com o objetivo de equilibrar as contas públicas, enviou, em 2016, ao Congresso Federal a proposta de emenda a Constituição (PEC) nº 55, a qual congela as despesas do Governo Federal por até 20 anos, criando um rígido mecanismo de controle de gastos, sendo aprovada no final de 2016. Segundo o discurso dos membros do Governo Federal, a medida é fundamental para garantir o reequilíbrio das contas do país, visto que os gastos públicos vêm crescendo continuamente, em termos reais, muito acima do Produto Interno Bruto (PIB). Mas essa medida afetou diretamente as universidades públicas brasileiras, pois os investimentos com a educação superior estão muito aquém do que é realmente necessário.

A diminuição do orçamento das Instituições de Ensino Superior (IES) levou os gestores a adotarem alternativas para melhorar a eficácia na alocação do recurso público disponível, fato este que corrobora com a necessidade de utilização de práticas que adotem a gestão sustentável.

Nessa lógica, a UNIFAP firmou o Termo de Adesão ao Projeto Esplanada Sustentável, em 2013, com o compromisso de reduzir mensalmente custos nos elementos de despesas por meio de práticas de consumo sustentável estabelecidas nos Planos de Gestão e Logística Sustentável constantes neste Plano. Ademais, no ano de 2014, elaborou o Projeto de Desenvolvimento de Ações de Sustentabilidade e Racionalização de Gastos, como política de gestão visando desenvolver práticas de sustentabilidade no âmbito da Instituição, estudo esse que será tratado em momento posterior.

Essa pesquisa ganha relevância na medida em que demonstra que a administração pública federal, na condição de usuário de bens de consumo que, muitas vezes, geram impactos negativos, não só nas rotinas de trabalho, mas também no momento do descarte de resíduos (geração de lixo) necessita dar o primeiro passo para reduzir o consumo dos recursos naturais, minimizando os impactos decorrentes da execução de suas atividades administrativas e operacionais. Além do mais, a administração pública necessita melhorar a qualidade do gasto público por meio da diminuição do desperdício e implementação de políticas públicas com viés sustentável.

Outro motivador para justificar a escolha do tema refere-se à carência de estudos científicos no estado do Amapá que abordem a utilização de instrumentos de gestão ambiental nas instituições de ensino superior. Somando-se a esses fatores, inseri-se o tempo de exercício do pesquisador em atividades na Pró-reitoria de Planejamento, o qual desempenhava ações que envolvia planejamento e acompanhamento de ações de redução de custos operacionais.

O presente estudo visou investigar se existe práticas de gestão ambiental na Unifap, bem como quais as principais potencialidades e entraves para a implementação dessas ações na Universidade Federal do Amapá, sobre a perspectiva da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e do Projeto Esplanada Sustentável (PES). O cenário de estudo adotado foi a Universidade Federal do Amapá, Campus Marco Zero, localizado na cidade de Macapá, estado

do Amapá. O período analisado teve como referencial inicial o ano de adesão ao Projeto Esplanada Sustentável, em 2013, e finalizando com o ano de 2018.

A metodologia adotada neste é bibliográfica. Quanto à sua finalidade caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, isso porque visa adquirir conhecimentos sobre determinada realidade com a intenção de contribuir para a solução de problemas reais (GIL, 2010). Com relação aos objetivos esta pesquisa é exploratória e descritiva. Exploratória, pois versa sobre o detalhamento de um determinado assunto com vistas a proporcionar maior familiaridade com o problema ainda não explanado satisfatoriamente. E se caracteriza como descritiva por ter como principal objetivo descrever as características de uma determinada população (GIL, 2010). A abordagem metodológica a ser empregada é qualitativa,

Para chegar aos objetivos da pesquisa, foi realizada análise documental, buscando evidências em documentos oficiais da universidade (comunicados internos, entrevistas à imprensa, relatórios de diversas áreas – tanto administrativas quanto educacionais), que viessem: verificar se há identificação formal de políticas de gestão ambiental. Além do mais, foi realizada aplicação de questionários com os servidores técnicos, docentes e acadêmicos. O referido instrumento de analisou a percepção sobre a utilização ou ausência de políticas de gestão ambiental na IFES. O questionário foi aplicado pessoalmente e também eletronicamente para a população interna da instituição, num total de 386 entrevistas. Outro instrumento utilizado foi o *Check list*, com adaptações, proposto por Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), o mesmo apresentou entrevistas semiestruturadas com os gestores das pró-reitorias, além de entrevistar servidores do Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento-DMAD,

Para tanto, além desta parte introdutória, o presente estudo foi estruturado em 3 capítulos. No primeiro capítulo, Referencial Teórico, faz-se uma abordagem sobre estudos relacionados a políticas públicas, seus conceitos, ciclos e uso das políticas públicas como instrumento de governabilidade. No segundo, foi realizada análise sobre o meio ambiente e políticas ambientais, perpassando sobre estudos referentes ao Meio Ambiente e Gestão Ambiental, Gestão Ambiental no Setor Público Federal, Gestão Ambiental nas Instituições de Ensino Superior. Logo após, abordou-se A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e o Projeto Esplanada Sustentável. No terceiro capítulo foi apresentado a região amazônica e o Amapá, ente federativo onde há forte relação com as questões ambientais. Além

disso, nesse momento, realizou-se a apresentação, caracterização e outras informações da UNIFAP, local onde foi realizado o estudo.

Após a fase dos capítulos, foram demonstrados os procedimentos metodológicos utilizados para atingir os objetivos da pesquisa, dentre os quais temos o tipo de pesquisa, a caracterização do local de estudo, os instrumentos de pesquisa, a descrição dos procedimentos de coleta e de análise de dados empregados.

Em seguida, passou-se a abordar os resultados e discussões do estudo. Momento em que foram analisados os dados levantados no questionário sobre a percepção ambiental respondida pelos docentes, técnico-administrativos e discentes da Unifap e perpassando para a análise do *check list*.

Por fim, no último capítulo foram apresentadas as recomendações e considerações finais pertinentes à temática.

2 CONTEXTUALIZANDO POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste momento do estudo foi realizado uma revisão bibliográfica acerca da origem, definições, principais atores, ciclo e importância do conjunto das políticas públicas. A abordagem sobre o tema é desafiadora, pois é complexo traduzir um tema tão debatido pela sociedade em geral, que muitas das vezes, tem diversas interpretações ou até mesmo desconhecimento da importância dessa “ferramenta”.

2.1 Conceitos de Políticas Públicas

Vários são as definições do que seja políticas públicas, na realidade não existe a mais correta e nem a melhor, o que há são as mais difundidas. Nesse sentido, Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (SOUZA, 2006, p. 24). Uma das definições mais conhecidas continua sendo a de Laswell, a qual diz que: “decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”.

Por sua vez, Secchi (2014, p.2) aborda que “uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Vejamos esta definição em detalhe: uma política pública é uma orientação à atividade ou à passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante”.

Ainda no âmbito conceitual, Souza (2003, p.5) buscou resumir o conceito de políticas públicas como sendo o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou

entender por que e como as ações tomaram certo rumo (variável dependente). Em outras palavras, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real. Cabe aos analistas e pesquisadores das políticas públicas compreender por que e como os governos agem em determinada direção.

Richard Hofferbert (1974) inicia seu estudo com a seguinte pergunta: por que alguns itens ou assuntos são selecionados para deliberação governamental e outros não? Duas respostas podem ser aventadas. Tendo por base ou a teoria elitista ou a teoria pluralista, pois as agendas governamentais e as decisões são constituídas a partir do meio social e político no qual a política é formulada.

Outra contribuição relevante é a de Secchi (2014), o qual relata que na literatura especializada de estudos de políticas públicas, alguns autores e pesquisadores defendem a abordagem estatista, enquanto outros defendem abordagens multicêntricas no que se refere ao protagonismo no estabelecimento de políticas públicas.

Secchi (2014) afirma que: “a abordagem estatista considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais. Segundo essa concepção, o que determina se uma política é ou não "pública" é a personalidade jurídica do ator protagonista. Em outras palavras, é política pública somente quando emanada de ator estatal (HECLO, 1972; DYE, 1972; MENY, THOENIG, 1991; HOWLETT, RANTÉSH, 2003)”.

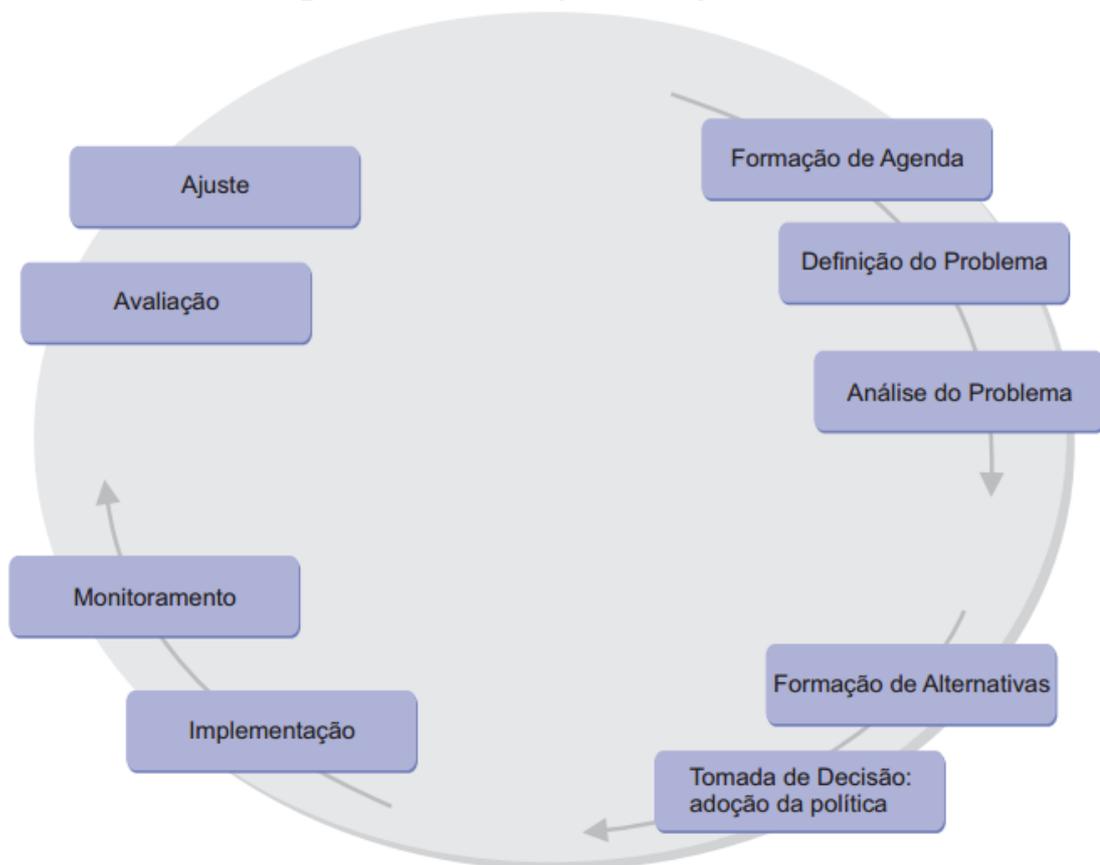
A abordagem multicêntrica, contrariamente, considera organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (policy networks), juntamente com os atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas (DROR, 1971; KOOIMAN, 1993; RHODES, 1997; REGONINI, 2001), Autores da abordagem multicêntrica atribuem o adjetivo "pública" a uma política, quando o problema que se tenta enfrentar é público (SECCHI, 2014, p.2).

2.2 Ciclo de Políticas Públicas

Uma parte da literatura que analisa as políticas públicas a observa como um ciclo deliberativo formado por um processo dinâmico (SOUZA, 2006), denominado de ciclo de políticas públicas.

Ruas (2014) afirma que as políticas públicas (*policies*) ocorrem em um ambiente tenso e de alta densidade política (*politics*), marcado por relações de poder, extremamente problemáticas, entre atores do Estado e da sociedade, entre agências intersetoriais, entre os poderes do Estado, entre o nível nacional e níveis subnacionais, entre comunidade política e burocracia. Uma forma de lidar com essa complexidade, sem descartar a dinâmica sistêmica, é associar o modelo sistêmico com o modelo do ciclo de política (*policy cycle*), que aborda as políticas públicas mediante a sua divisão em etapas sequenciais, conforme demonstrado na Figura 1 (RUAS, 2014, p. 33).

Figura 1 - Ciclo de políticas públicas



Fonte: Ruas (2014).

Ainda segundo Ruas (2014), as etapas são compreendidas não como um processo linear, mas como uma unidade contraditória, em que o ponto de partida não está claramente definido e as atividades de etapas distintas podem ocorrer simultaneamente ou as próprias etapas podem apresentar-se parcialmente superpostas.

Apesar de sua utilidade heurística, o ciclo de políticas públicas raramente reflete a real dinâmica ou vida de uma política pública. As fases geralmente se apresentam misturadas, as sequências se alternam. Wildavsky (1979), por exemplo, sustenta que em alguns contextos a identificação do problema está mais relacionada ao fim do processo do que ao início, e as fases de avaliação geralmente acontecem antes do escrutínio do problema. Cohen, March e Olsen (1972) elaboraram o "modelo da lata do lixo" para descrever que soluções muitas vezes nascem antes dos problemas. Alguns acadêmicos afirmam que não há um ponto de início e um ponto de finalização de uma política pública, e que o processo de política pública é incerto, e as fronteiras entre as fases não são nítidas (SECCHI, 2013, p. 2-3).

Araújo e Souza (2017) corroboram as análises feitas por Fisher, 2003; DeLeon, 2006; Parsons, 1995; Hill, 2009; Sabatier, 2007, bem como a de Souza (2006), os quais consideram que a área de políticas públicas contou com quatro grandes "pais" fundadores: Harold. Laswell, Hebert. Simon, Charles Lindblom e David Easton. E que esses "fundadores" apresentaram as seguintes contribuições ao ambiente das políticas públicas:

Laswell (1936) inseri a expressão análise de política como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos, além de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Simon (1957) insere o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos, argumentando que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional.

Para Simon, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, autointeresse dos decisores, dentre outros.

Lindblom (1959; 1979) faz uma contribuição decisiva ao desenvolvimento da análise das políticas públicas como processo político. O mesmo era crítico da ideia de racionalidade no processo de decisão desenvolvida por Simon. Por sua vez,

Simon focou a sua atenção na identificação da margem de manobra dos decisores políticos, que considerava ser muito limitada. Construiu, uma abordagem analítica alternativa que classificou como “método das comparações sucessivas” ou “incrementalista”.

A política pública pode ser encarada como um sistema, uma relação entre diagnóstico, planeamento, resultados e situação. O Brasil é um país de população continental, cuja maioria vive em ocupações precárias sem saneamento básico, produzindo muito resíduos sólidos.

O consumo no país demanda muito da natureza em todos os setores, indo da alimentação à indústria e produção de tecnologia. Os marcos para a gestão consciente do meio ambiente nas Universidades (instituições) pensado pelo Ministério tal se faz importante para que se contenha um futuro imprevisível de degradação dos recursos naturais e sobrecarga do planeta. Um país do tamanho do Brasil tem sua grande responsabilidade com a conservação do meio ambiente, da natureza, da floresta, até por conta da Amazônia legal que comporta grande parte do território nacional. Pesando nessa posição é que iniciativa de políticas ambientais nas instituições públicas faz-se necessária.

2.3 Políticas públicas e governabilidade

Quando estudamos a construção de políticas públicas entendemos que ainda são poucas as que efetivamente respondem há um anseio popular e democrático no que tange as suas diretrizes, a forma que foi constituída e seu papel político. Stone (1997) nos mostra em sua obra “*Policy paradox: the art of political decision making*” que os jogos que surgem na atuação política sempre serão contraditórios, ou melhor, terão objetivos distintos entre o fazer e o querer, notadamente a intenção principal de todo agente político é perpetuar-se no poder, porquanto se utilizam dos mecanismos que estão ao seu dispor para alcançar seu objetivo. Cria-se então a dicotomia entre objetivo político e a atuação política, pois vemos que a autora trabalha a ideia de que as políticas públicas devem ser entendidas pelo que ela chama de projeto de racionalização, passando a serem pensadas por “métodos racionais, analíticos e científicos” (Stone, 1997, p. 6), configurando-se assim a ação política através das políticas públicas em uma atividade que deve ser racionalizada; desta maneira surge à oposição com os

objetivos políticos e seu sentido de continuar e permanecer no poder, pois “eventos, ações e ideias no mundo político aparentam não se encaixar nas categorias que a lógica e racionalidade oferecem” (Stone, 1997, p. 7).

Percebemos então que a o ideário democrático no Brasil com relação à participação mais efetiva e que abranja uma maior variedade de anseios e necessidades do povo ainda é enormemente deficitário e fragilizado, principalmente quando observamos estes jogos políticos e entendemos mais seus papéis. Segundo Kowalski (2012):

As políticas públicas são construídas conforme as necessidades demandadas pelos sujeitos, os quais colocam em pauta os problemas que lhes pareçam mais pertinentes, a fim de poderem acessar algum tipo de benefício social. Contudo, precisam anteriormente despertar o interesse dos gestores das políticas, para que, assim, a sociedade exerça um papel decisivo na existência e na formulação de políticas públicas. (KOWALSKI, 2012, p. 40).

Souza (2003) nos remete a três importantes fatores sobre o crescimento da importância para o estudo de políticas públicas: o primeiro relaciona-se a contenção de gastos, principalmente em países em desenvolvimento, dando maior visibilidade as políticas públicas que surgiam em áreas econômicas e sociais. O segundo fator vem com o fortalecimento, que os governos deveriam primar, de um equilíbrio fiscal e a não intervenção do Estado na economia. Já o terceiro fator vem ao encontro com a realidade brasileira, pois se alicerça na concepção que os países com recente redemocratização não conseguem “impulsionar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social de grande parte de sua população” (SOUZA, 2003, p. 3), devido especialmente ao fato dos jogos políticos que influenciam sua elaboração e aplicação.

Corroborando a importância e sua vinculação ao papel democrático, Souza (2003) nos amplia essa visão com o alicerce das políticas públicas em duas grandes escolas de origem, que são a europeia e a americana. A europeia vem com o entendimento que as Políticas Públicas surgem como mecanismo de atuação do Estado através do seu fundamental ente, o governo, e que este assume para si como papel principal a formulação, teorização a aplicação de tais políticas, notadamente em teorias explicativas do próprio Estado. Na vertente americana a compreensão de políticas públicas aparece nos meios acadêmicos, sem, contudo, estar atrelada a uma teoria sobre o Estado, passando direto para a intervenção e

ação governamental, passíveis de serem formuladas cientificamente e analisadas por pesquisadores independentes.

Importante destacar a abordagem de Foucault (2008), no qual destaca que a arte de governar se caracteriza como razão de Estado se encontra intimamente ligada ao desenvolvimento do que se chamou de estatística ou aritmética política, ou seja, o conhecimento indispensável das forças do Estado, logo de sua população. A razão de Estado, nesse contexto, está relacionada com a capacidade de governar o Estado segundo suas próprias regras. Seu fundamento está radicado nas realidades e necessidades específicas do Estado que se quer governar, ou seja, no conhecimento de sua população e de suas necessidades. Assim, para fazer um bom governo era necessário interferir no recurso mais importante do Estado: sua população. Um bom governo será aquele que vela pelo bem estar da população, ou seja, aquele governo que gera como consequência o aumento da potência do Estado. A razão de Estado se debruçava nas formas de gerir a vida.

Dentre suas afirmações, Foucault salientava que o Estado precisava desenvolver essa “governamentalidade”, tornando as técnicas de governo a questão política principal e o espaço real da luta política:

Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir, a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, ou que é ou não estatal, etc. Portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade. (FOUCAULT, 1979, p. 292).

Poder-se-ia dizer que, no conceito de “governamentalidade” que Foucault se propõe a analisar, a soberania, as disciplinas e a gestão governamental estão articuladas (CANDIOTTO, 2010):

Por “governamentalidade” entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Segundo, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e desde muito tempo, à preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros: soberania, disciplina, e que, por uma parte, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, de outra parte], ao desenvolvimento de toda uma série de saberes (FOUCAULT, 2004 , p. 111-112).

Sobre esse aspecto em determinados contextos, o Estado não usa o governo como seu meio de exercer poder, mas, contrariamente, o próprio Estado é esquematizado pela razão governamental. Nessa lógica, Soares (2013) salienta que a função do governo, portanto, é a governamentalidade, isto é, controlar e direcionar as potencialidades humanas da população, por meio de tecnologias do poder, colocando-as a serviço dos interesses das estruturas prevalentes em determinado contexto social e econômico.

É pertinente a discussão do caminho percorrido pela área de políticas públicas, pois conseguimos entender qual o papel dos atores envolvidos em seu desenvolvimento. Faria (2003) ao analisar o nascimento da análise sobre as políticas elenca que sempre foi dado um foco especial de investigação na sua concepção e construção devido ao fato da abrangente possibilidade de intervenção dos entes envolvidos e de um maior poder decisório, todavia este papel tanto de agentes estatais quanto de agentes privados tem-se reformulado nos últimos anos, principalmente pela emergência de novas pesquisas empíricas e verificações teórico-conceituais que acabam por demonstrar a ineficácia dessa modelagem tradicional e também fortificando as políticas públicas como unidade de análise.

No momento que se constitui uma política pública, conseguimos apreendê-la como resposta há uma demanda social histórica, notadamente de movimentos sociais, porém em uma análise mais profunda percebemos que ela se transforma em uma peça de barganha aos interesses dos agentes políticos quando ainda se constitui no Brasil como política de governo e não de Estado. Michels (1962) nos mostra como esse processo para manutenção do poder dentro de uma democracia são na verdade a criação de nichos eleitorais comumente chamados de oligarquias. Sobre isso Ribeiro (2014) nos informa:

A oligarquização pode ser resumida como o processo paulatino por meio do qual os dirigentes de uma organização passam a constituir uma casta altamente estável que deixa de representar os interesses dos liderados, imprimindo à organização, cada vez mais, estratégias eminentemente voltadas à conservação do poder interno e à sobrevivência e fortalecimento organizacionais. (RIBEIRO, 2014, p.180)

Desta maneira, podemos perceber táticas objetivas e subjetivas governamentais para que, além das aspirações sociais, as políticas públicas ressoem também como mecanismo político de manutenção de poder por entes que tem até certa facilidade pela ineficácia que acompanha principalmente a democracia

representativa. A análise apresentada por Ribeiro (2014) nos aponta que atualmente o que temos é o rompimento e a divergência entre a vontade das massas e a vontade dos governos, sendo este uma problemática central nas democracias recém-constituídas, o que acabam fragilizando-as, por conseguinte temos corrompido todo o ideário de soberania popular.

3 PERSPECTIVAS SOBRE MEIO AMBIENTE E POLÍTICAS AMBIENTAIS

3.1 Abordagem introdutória sobre meio ambiente e gestão ambiental

A etimologia da palavra ambiente tem como significado tudo aquilo que envolve ou cerca os seres vivos, fazendo uma analogia do significado à realidade, pode-se apreender que o meio ambiente que envolve toda a humanidade é o próprio Planeta Terra, composto por todos os elementos, tanto os naturais quanto os alterados pelo homem, em outras palavras, é o lugar em que vivemos, do qual dependemos para a nossa sobrevivência e o qual nos envolve e nos cerca. Nesse contexto, Odum e Sarmiento distinguem três tipos de ambientes:

O fabricado ou desenvolvido pelos humanos, constituído pelas cidades, parques industriais e corredores de transportes como rodovias, ferrovias e portos; o ambiente domesticado, que envolve áreas agrícolas, florestas plantadas, açudes, lagos artificiais etc. e; o ambiente natural, por exemplo as matas virgens e outras regiões auto-sustentadas (*apud* BARBIERI, 2007, p.5).

Meio ambiente, portanto, pode ser entendido como a junção dos três ambientes anteriormente citados pelos autores, dos quais o homem mantém uma relação de dependência, entretanto, o ambiente de suporte a vida é, segundo estes autores, aquela parte da Terra que satisfaz as necessidades fisiológicas vitais, provendo alimentos e outras formas de energia, nutrientes minerais, ar e água. Após a Revolução Industrial o mundo conheceu um aumento sem precedentes do nível de consumo desses recursos, o desenvolvimento econômico desencadeado por ela aumentou o padrão de consumo da sociedade. Concomitantemente, a estrutura burocrática do estado e da iniciativa privada também aumentou, grande parte dos problemas ambientais produzidos por repartições públicas, escritórios, escolas, agências bancárias, hotéis, hospitais e outros estabelecimentos de serviços se deve ao uso e descarte dos materiais que dão suporte as suas atividades.

Segundo Godard (2002), foi após a década de 70 que começa a se estabelecer a consciência de que as raízes dos problemas ambientais estariam nas formas de desenvolvimento tecnológico e econômico, sendo impossível o tratamento das questões, sem uma reflexão e consequente ação sobre este modelo de desenvolvimento proposto. Assim, as chamadas políticas de meio ambiente não

podem ser tratadas “à margem dos processos de ação coletiva e de organização econômica”.

O conceito de gestão ambiental pública, citado durante o Seminário sobre a Formação do Educador para atuar no Processo de Gestão Ambiental, em Brasília, em 1995, ressalta o aspecto conciliador do Estado quanto às questões ambientais.

As políticas públicas de gestão ambiental devem ter como objetivo não só a gestão de recursos para proteger o ambiente natural, mas principalmente servir como orientação na solução de conflitos sociais que envolvam questões ambientais, tendo em vista o bem estar social e a conservação de recursos para as futuras gerações (FLORIANO, 2007).

Nesse sentido, a gestão ambiental é o instrumento responsável por definir, planejar, operacionalizar e executar as ações da organização direcionadas a prevenção e preservação ambiental, além da qualidade e dos impactos ambientais resultantes de suas atividades (COELHO, 1996; DIAS, 2006 *apud* KRUGER et al., 2011).

A constatação de que a capacidade assimilativa dos ecossistemas e da regeneração dos recursos naturais ocorria desproporcionalmente ao desgaste imposto pelas atividades humanas inspirou o surgimento de um novo conceito Gestão das práticas administrativas tanto nas organizações públicas quanto nas privadas:

[...], gestão do meio ambiente, ou simplesmente gestão ambiental serão aqui entendidos como as diretrizes e as atividades administrativas e operacionais, tais como, planejamento, direção, controle, alocação de recursos e outras realizadas com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, quer reduzindo ou eliminando os danos ou problemas causados pelas ações humanas, quer evitando que eles surjam (BARBIERI, 2007, p.25).

Trata-se, portanto, de um modelo de gestão que busca a inserção da temática ambiental nas práticas administrativas, visando assim a construção de ações sistematizadas voltadas a garantia da preservação do meio ambiente no contexto interno, e externamente, possibilitar que tais ações, uma vez consolidadas, sirvam para que as gerações presentes possam usufruir dos recursos naturais sem comprometer a sua disponibilidade para as gerações posteriores.

Chagas (2003) salienta que o “desenvolvimento sustentável e a gestão ambiental encontram um paralelo histórico na formulação de conceitos básicos das políticas ambientais. De um marco lógico em 1972, em Estocolmo, até 2002, em

Joanesburgo, avanços significativos foram registrados em vários países na construção da gestão ambiental, tendo o Brasil acompanhado esse processo mundial e transposto experiências de outros países, como a dos EUA, com relação à adoção de instrumentos de comando e controle e criação de áreas protegidas”.

Por sua vez, Barata (2007) destaca que a prática de políticas voltadas à defesa do meio ambiente é recente. No princípio as organizações vislumbravam a questão ambiental apenas como um incremento de custo, limitavam-se a adotar

medidas necessárias para não incorrerem em multas pelo não cumprimento da legislação ambiental, contudo, a ocorrência de incidentes de grandes proporções ambientais induziu as empresas com maior potencial poluidor a desenvolverem instrumentos de gestão ambiental corporativa, para a melhoria no fluxo de informações, interno e externo, além de propiciar a redução no risco de incidentes e acidentes, posteriormente, as empresas reconheceram que investir em gestão ambiental seria um componente estratégico fundamental para sobreviver no mercado.

Após o acontecimento de vários desastres, muitas empresas passaram a incorporar a gestão ambiental em todos os níveis de sua administração. Desta forma, passaram a planejar seus processos produtivos, bem como seus produtos e serviços dentro da perspectiva ambiental, ganhando assim respeito e credibilidade de um público consumidor cada vez mais interessado na proposta de sustentabilidade ambiental.

Logo, conforme abordado por Almeida (2005), Gestão Ambiental é o processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais públicos e/ou privados que interagem em um dado espaço com vistas a garantir a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais às especificações do meio ambiente, com base em princípios e diretrizes previamente acordados/definidos.

3.1.1 A Gestão Ambiental no Setor Público Federal

Na gestão ambiental pública se inserem diversas iniciativas e ações referentes a discutir, estabelecer, publicar, comunicar, aplicar, exigir, monitorar e revisar as Políticas Públicas Ambientais. São, portanto, iniciativas amplas e que são distribuídas dentre vários órgãos dentro do governo – desde o poder legislativo até o executivo, e por vezes até mesmo o judiciário (CETESB, 2017).

A prática da Gestão Ambiental na Administração Pública estava intimamente associada a medidas de controle, e possuíam o caráter quase que eminentemente corretivo, ou seja, enfrentavam-se os problemas ambientais depois de terem sido criados. A partir da década de 1970, vários países passaram a desenvolver políticas governamentais sobre a temática ambiental de modo integrado e introduziram uma abordagem preventiva. No entanto, Gestão Ambiental pública é a ação do poder público conduzida segundo a orientação da política pública ambiental (BARBIERI, 2007, p.71), no Brasil, os objetivos, diretrizes e instrumentos de ação estão contidos na Política pública ambiental brasileira.

De acordo com a periodização proposta por Monosowski (1989), é possível distinguir quatro abordagens estratégicas básicas nas políticas ambientais brasileiras até o ano de 1988: a administração dos recursos naturais, o controle da poluição industrial, o planejamento territorial e a gestão integrada de recursos. Essa categorização privilegia os objetivos principais de cada etapa associados à evolução histórica, pois, segundo Monosowski, o critério meramente cronológico não abordaria a característica principal de “permanência” até a atualidade de muitas das estratégias adotadas.

A Constituição Federal de 1988 avançou consideravelmente quando em seu artigo 170 estabeleceu a defesa do meio ambiente como um dos princípios a serem observados pelas atividades econômicas em geral, corroborado pelo artigo 225 que impôs ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, relacionando, ainda, nos incisos I ao VII do § 1º do referido dispositivo, quais os deveres outorgados ao Poder Público, visando assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Portanto, todos esses dispositivos legais servem para estabelecer os princípios, as diretrizes e normas que nortearão a implementação da Gestão Ambiental na Administração pública Federal.

Vale destacar que a Gestão Ambiental está em fase de desenvolvimento nas práticas administrativas da Administração Pública. Mas há um conjunto de modelos de Gestão Ambiental que foram inicialmente desenvolvidos para as organizações privadas, mas que pela sua amplitude e adaptabilidade podem ser implementadas independentemente do setor ou porte da organização, sendo um aporte teórico imprescindível para nortear a inclusão da Gestão Ambiental entre as procedimentos administrativos nos órgãos da Administração Pública Federal. Alguns

modelos já vem sendo introduzidos ao ordenamento de boas práticas de gestão ambiental e sustentabilidade da administração pública, conforme destaque a seguir.

O modelo de Gestão denominado *Administração da Qualidade Ambiental Total* (TQEM) é um modelo com ampliação dos conceitos de Administração da Qualidade Total (TQM) que agora incorporou as questões Ambientais, o objetivo na implantação nos órgãos da Administração Pública Federal seria o de proporcionar, através da participação de todos os servidores, colaboradores e terceirizados, a melhoria contínua em todas as atividades na prestação do serviço público incorporando a preocupação com o meio ambiente em todos os seus processos.

Outro modelo, da Ecoeficiência, trabalha com a noção de que se deve reduzir continuamente os impactos ecológicos e o nível de consumo de recursos naturais através de atividades e práticas administrativas que visem sobretudo minimizar o consumo de materiais e produtos de fontes não renováveis, diminuir o consumo de energia, aumentar a reciclabilidade dos materiais utilizados, maximizar o uso dos recursos renováveis, dentre outras práticas que auxiliem na manutenção da organização, sem que seu funcionamento comprometa o meio ambiente a longo prazo.

Esses modelos citados acima funcionam por intermédio de instrumentos de gestão ambiental, entendidos como os meios ou ferramentas para alcançar os objetivos específicos em matéria ambiental, dentre os mais utilizados cita-se a auditoria ambiental, relatórios ambientais, gerenciamento de riscos ambientais, educação ambiental na organização são alguns de muitos instrumentos que a administração pública federal dispõe para tratar a temática ambiental nas práticas administrativas.

No contexto dos instrumentos de Gestão Ambiental, ressalta-se a importância de se destacar o papel das licitações e contratações sustentáveis na administração pública federal como indutora de novos padrões de consumo tanto do poder público como da própria sociedade, principalmente com a publicação da Instrução Normativa nº 01 de 20 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens, contratação de serviços e obras pela administração pública.

Ademais, o Executivo Federal institui o Decreto nº 7.746, em 5 de junho de 2012, o qual criou, em seu art. 16, a necessidade de que todos os órgãos e

entidades da Administração Pública Federal, direta, autárquica, fundacional e as empresas estatais dependentes, formulem os seus Planos de Gestão de Logística Sustentável - PLS. Esses Planos foram regulamentados pela Instrução Normativa nº 010-SLTI, em 14 de novembro de 2012, para que contenham, no mínimo, os objetivos do plano, as responsabilidades dos gestores, as ações, metas e prazos de execução e os mecanismos de monitoramento e avaliação das ações que serão implementadas.

Portanto, os modelos de gestão ambiental e seus respectivos instrumentos de gestão apresentados são ferramentas que estão à disposição dos gestores dos órgãos públicos federais para implementarem a Gestão Ambiental em suas atividades administrativas diárias, podendo ser combinados perfeitamente. Nesse contexto, Barbieri (2007) comenta que, embora cada modelo possua características diferenciadoras marcantes, eles podem ser combinados e adaptados a cada organização, uma vez que não são mutuamente exclusivos, outra característica marcante é que tais modelos podem ser adotados por organizações de qualquer setor e de qualquer porte, reforçando a possibilidade de serem utilizados na Administração Pública como um todo.

3.1.2 A Gestão Ambiental nas Instituições de Ensino Superior

As Instituições de Ensino Superior (IES), principalmente as universidades, têm passado por inúmeras mudanças, como por exemplo, maior exigência por parte do governo, para o cumprimento de leis e normas, utilização de novas tecnologias e inovações; limitação de recursos financeiros, condições políticas ora favoráveis, ora não, além da diversidade cultural. Esses fatores impõem desafios e pressões ambientais aos gestores universitários, os quais passam a buscar uma postura estratégica, que seja capaz de corresponder às exigências da sociedade de forma eficiente e eficaz, em busca de melhores resultados para organização universitária (MARTENS, 2014).

De acordo com Mattos Silva (2015), no que tange ao papel das IES no tocante ao desenvolvimento sustentável, existem duas correntes de pensamento principais. A primeira destaca a questão educacional como uma prática fundamental para que as IES, pela formação, possam contribuir na qualificação de seus

egressos, futuros tomadores de decisão, para que incluam em suas práticas profissionais a preocupação com as questões ambientais. A segunda corrente destaca a postura de algumas IES na constituição de Sistemas de Gestão Ambiental (SGAs) em seus campi, como modelos e exemplos práticos de gestão sustentável para a sociedade (TAUCHEN, 2006). Nesse contexto, é necessário um projeto político-pedagógico que estimule o aparecimento do homem-cidadão enquanto ator político, para pensar e construir a proposta codesenvolvimentista.

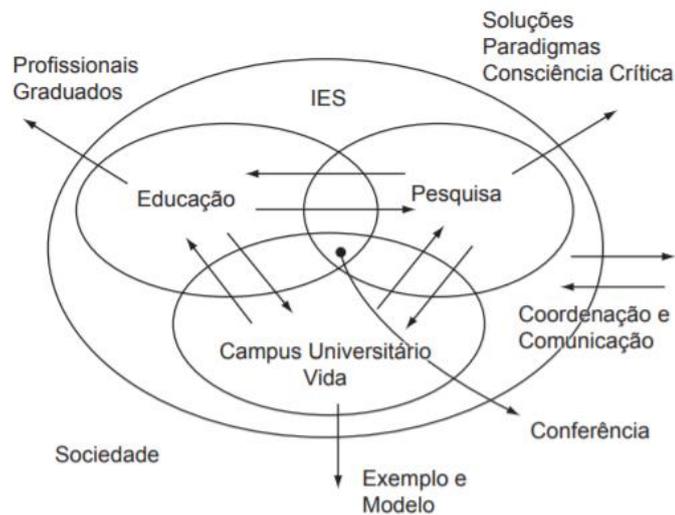
A pressão crescente sobre o setor universitário por mudanças de caráter sustentável é resultado de uma crise global, onde as Instituições de ensino superior (IES) já não observadas como fonte unicamente produtora de conhecimento e formadora de profissionais que integrarão a sociedade e contribuirão para o seu progresso econômico: são as melhores candidatas a prover exemplos ambientalmente sustentáveis e práticos o setor público, o privado e a sociedade como um todo, fornecendo a esta última educação como ferramenta para mudanças positivas de caráter coletivo (OTERO, 2010).

Ainda de acordo com Otero (2010), o movimento rumo à sustentabilidade, adotado por muitas IES, pode ser definido como um processo gradativo de redução de impactos ambientais provocados dentro e fora dos limites de seus *campi*, resultante de decisões e atividades de âmbito universitário, assim como a promoção da conscientização ambiental no ensino, na pesquisa e na extensão.

Para Dias Sobrinho (2005, p. 30-31), a Universidade “é um espaço social em que os sujeitos sociais se formam e se constituem por intermédio de suas ações e experiências com o saber e com os outros” e, neste sentido, se configura num espaço singular para o crescimento profissional e pessoal, proporcionando também o crescimento institucional.

Fouto (2002) *apud* Tauchen e Brandi (2006) ao discutir o papel do Ensino Superior no desenvolvimento sustentável, apresenta a visão da Universidade Politécnica da Catalunha, sob a forma de um modelo (Figura 2). O modelo apresentado por Fouto aponta quatro níveis de intervenção para as IES: I. Educação dos tomadores de decisão para um futuro sustentável; II. Investigação de soluções, paradigmas e valores que sirvam uma sociedade sustentável; III. Operação dos campi universitários como modelos e exemplos práticos de sustentabilidade à escala local; e IV. Coordenação e comunicação entre os níveis anteriores e entre estes e a sociedade.

Figura 2 - O papel da universidade na sociedade, relativo ao desenvolvimento sustentável



Fonte: Tauchen e Brandi (2006).

Ao fazer uma análise da figura 2, que retrata o papel da universidade na sociedade, relativo ao desenvolvimento sustentável, percebe-se que as universidades podem ser divididas em três áreas. A primeira, a educação, tem o objetivo de inserir profissionais graduados preocupados em implementar práticas com maior integração entre as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômico, social e o ambiental. A segunda área, a pesquisa, direciona-se em encontrar soluções dos paradigmas que afetam a sociedade, além de despertar a conscientização crítica relacionada a diversos fatores da sociedade. A terceira área a qual se pode dividir uma IES diz respeito à forma como está atua perante a sociedade, procurando servir como um modelo de gestão socioambiental para a comunidade de que faz parte.

Por conseguinte, o ensino superior tem um profundo e crucial papel na construção de uma visão de futuro sustentável. Porém, a realidade expõe que isso muitas vezes é esquecido. É na universidade que profissionais de inúmeras áreas se desenvolvem, dirigem, gerenciam, trabalham e influenciam as organizações da sociedade, por isso, tem um papel tão importante na sociedade pela formação e conscientização de indivíduos e futuros profissionais, preocupados com a preservação do meio ambiente (CORREA, 2004).

3.1.3 A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA), criado no final de 1999, e regulamentado pela Portaria Nº 510/2002, que visa implementar a gestão socioambiental sustentável das atividades administrativas e operacionais do Governo. A A3P tem como objetivo estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras, levando à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos, da gestão adequada dos resíduos, da licitação sustentável e da promoção da sensibilização, capacitação e qualidade de vida no ambiente de trabalho. uma ação que busca a construção de uma nova cultura institucional nos órgãos e entidades públicos (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009).

A adoção da A3P demonstra a preocupação do órgão em obter eficiência na atividade pública enquanto promove a preservação do meio ambiente. Ao seguir as diretrizes estabelecidas pela Agenda, o órgão público protege a natureza e, em consequência, consegue reduzir seus gastos. Logo, a adoção da A3P demonstra a preocupação do governo federal em obter eficiência na atividade pública enquanto promove a preservação do meio ambiente.

A A3P visa basicamente promover a reflexão sobre os problemas ambientais em todos os níveis da administração pública; estimular a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos; reduzir a destinação inadequada de resíduos sólidos; estimular e promover mudanças de hábitos dos servidores públicos; reacender a ética e a autoestima dos servidores públicos.

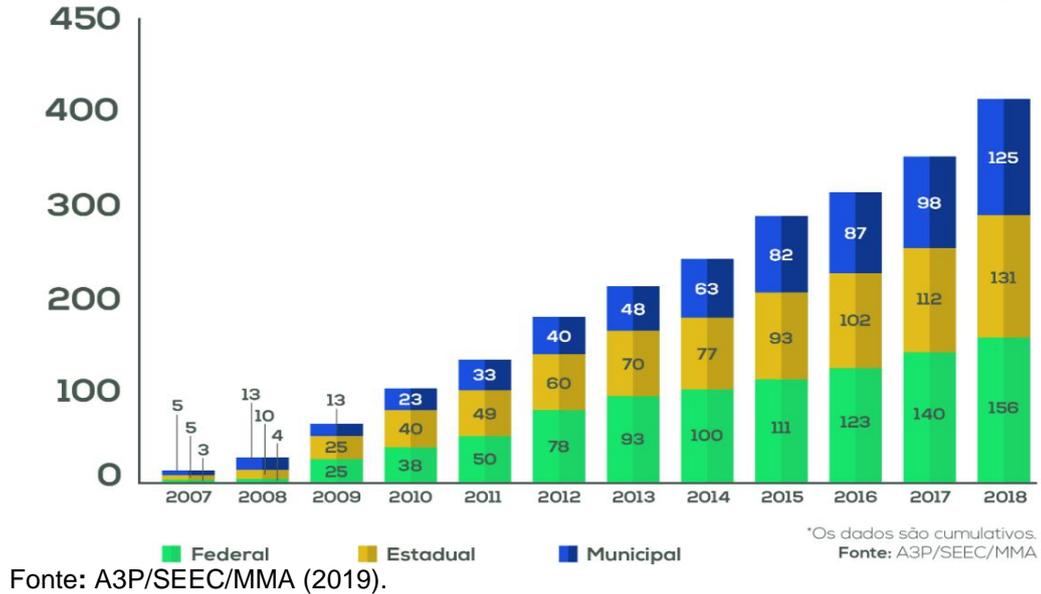
O Programa foi criado para ser aplicado na administração pública, mas pode ser usado como modelo de gestão socioambiental por outros segmentos da sociedade.

De certo modo, o governo brasileiro sentiu a necessidade de implementar ações que corroborasse com mudanças cotidianas que auxiliassem na preservação do meio ambiente, conforme salientado por Santana (2013):

A partir da agenda 21 global, o governo brasileiro criou a Agenda 21 Brasileira que trata das ações propostas para a preservação do Meio Ambiente, assim como a disseminação de novos conhecimentos para esse fim. Em conjunto com essa ação foi criada a Carta da Terra que é um documento oficial brasileiro; que discorre sobre a situação ambiental atual e

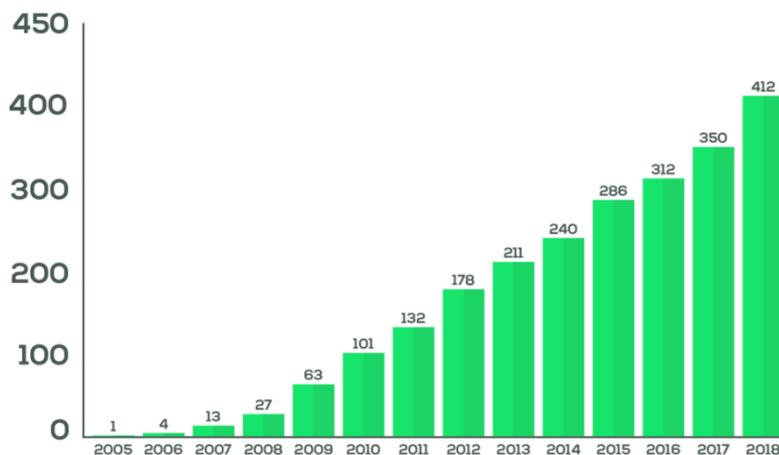
a que queremos chegar. Ressaltando, as responsabilidades individuais que os cidadãos precisam assumir diante da realidade existente, na busca de uma mudança cotidiana para preservar o meio ambiente (SANTANA, 2013, p. 63).

Gráfico 1 - Quantitativo de termos de adesões à A3P por esfera de governo



Desde sua criação até hoje a agenda ambiental teve significativo crescimento, como apresentado no Gráfico 1, o qual apresenta o quantitativo de termos de adesões à A3P por esfera de governo, no período de 2007 a 2018, percebe-se que exponencial número de adesões em todas as esferas do executivo. Pois, em 2007, o programa apresentava apenas 13 adesões, passando para o ano seguinte (2008) para 27 adesões e, em 2018, apresentou um quantitativo considerável de adesões, principalmente no executivo federal.

Gráfico 2 - Evolução de adesões à A3P: Nacional



Fonte: A3P/SEEC/MMA (2019).

Como destacado anteriormente, o Programa A3P se destina aos órgãos públicos das três instâncias: federal, estadual e municipal; e aos três poderes da República: executivo, legislativo e judiciário. É uma agenda voluntária – não existe norma impondo e tampouco sanção para quem não segue as suas diretrizes. Mas a adesão ao Programa é cada vez maior por dois motivos:

1. Adotar uma agenda ambiental no órgão é uma exigência dos tempos modernos, quando a população do planeta se vê diante de uma crise provocada pelas mudanças climáticas e o aquecimento global. O que fazer para evitar que a catástrofe anunciada seja maior ainda? Usar de forma racional os recursos naturais.
2. A sociedade exige da administração pública a implementação de práticas que tenham como princípio a sustentabilidade do planeta, que são as diretrizes da A3P.

A maior parte dos órgãos públicos já adota procedimentos considerados sustentáveis. Em diversas instituições, a coleta seletiva, por exemplo, é uma prática comum; em algumas foi adotado sistema para evitar o desperdício de água; outras estabeleceram que toda licitação será dentro de critérios de sustentabilidade. O que o Programa A3P fez foi sistematizar em eixos temáticos aquilo que é fundamental para um projeto de sustentabilidade, hoje disperso em diversos órgãos. São seis eixos: Uso dos recursos naturais; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização dos servidores para a sustentabilidade; Compras sustentáveis; Construções sustentáveis; e Gestão de resíduos sólidos (MMA, 2018).

De acordo com o Art. 4º da Portaria Nº 3, de 27 de fevereiro de 2018, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) atenderá aos seguintes princípios:

- I - Transparência no serviço público;
- II - Supremacia do interesse público sobre os interesses individuais;
- III - Reconhecimento e respeito às diferenças de raça, etnia, cor, sexo, opinião política, língua;
- IV - Valorização do servidor público;
- V - Respeito ao meio ambiente;
- VI - Respeito aos valores éticos da pessoa humana;
- VII - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- VIII - Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Para melhor compreensão desses princípios, a metodologia 5R's foi implementada, configurando os seis eixos temáticos da A3P (MMA, 2013):

Art. 6º São Eixos temáticos da A3P:

I - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos: utilizar energia, água, madeira, papel, copos e materiais de expediente, entre outros, de forma racional, para que haja economia dos recursos financeiros, menor desperdício e menor impacto ambiental negativo.

II - Gestão adequada dos resíduos gerados: adotar a política dos 5R's - Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar - e, com base na Lei nº 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), implantar o gerenciamento de resíduos sólidos.

III - Qualidade de vida no ambiente de trabalho: criar meios para que todas as pessoas que circulam no ambiente se sintam bem e, conforme cada caso, adotar procedimentos e instalar equipamentos que contribuam para a melhor qualidade de vida.

IV - Sensibilização e capacitação dos servidores: criar e consolidar nos servidores a consciência cidadã quanto à responsabilidade socioambiental, com a adoção de práticas que promovam a sustentabilidade e o respeito à vida.

V - Contratações públicas sustentáveis: adquirir e contratar com critérios de sustentabilidade, e considerar a relação custo/benefício no médio e longo prazos, e não somente o critério de menor preço.

VI - Construções sustentáveis: construir e/ou reformar considerando critérios que atendam o conforto térmico e acústico, fazendo uso da luz solar, energia dos ventos e água da chuva, utilizar materiais e equipamentos que impliquem em maior economia de energia, entre outros, e produzam pouco ou nenhum impacto ambiental; garantir a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente a Prática dos 5R's dentro de uma organização é um dever que requer, primeiramente, mudança de hábito e costumes. É uma transformação que exige consciência e responsabilidade socioambiental, ou seja, fazer pequenas ações no cotidiano que irão garantir uma melhor condição para

gerações futuras. Dada uma importância maior ao último “R”, que leva a recusar o consumo de produtos que geram impactos significativos ao meio ambiente, talvez, para muitos, seja a tarefa mais difícil. Por outro lado, poderá garantir o sucesso para qualquer iniciativa em função dos critérios ambientais no local de trabalho (MMA, 2011).

Em virtude disso, a utilização dos eixos temáticos da agenda A3P leva em consideração a política dos 5R's, conforme ilustrado na figura a seguir:

Figura 3 - Ilustração da Política dos 5R's



Fonte: Acervo do autor (2019).

1. **Repensar:** Repensar a necessidade de consumo e os padrões de produção e descarte adotados;
2. **Recusar:** possibilidades de consumo desnecessário e produtos que geram impactos ambientais significativos;
3. **Reduzir:** significa evitar os desperdícios, consumir menos produtos, preferindo aqueles que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabilidade;
4. **Reciclar:** significa transformar materiais usados em matérias primas para outros produtos por meio de processos industriais;
5. **Reutilizar:** é uma forma de evitar que vá para o lixo aquilo que não é lixo reaproveitando tudo o que estiver em bom estado. é ser criativo, inovador usando um produto de diferentes maneiras.

Portanto, a política dos 5 R's faz parte de um processo educativo que tem por objetivo uma mudança de hábitos no cotidiano de todos. A questão principal é fazer com que o cidadão repense seus valores e práticas, reduzindo o consumo excessivo e evitando o desperdício.

Destarte, os objetivos da A3P estão perfeitamente alinhados com o propósito deste trabalho, qual seja verificar a viabilidade da inclusão da Gestão Ambiental nas práticas administrativas na Administração Pública Federal, a A3P inclui ainda a noção de qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho, ressaltando aspectos de Programas de Qualidade de Vida que podem ser abordados concomitantemente aos programas de Gestão Ambiental. Os órgãos públicos federais que tiverem interesse em iniciar um processo de Gestão Ambiental em suas unidades poderão avaliar as vantagens em aderir aos princípios de gestão da A3P, ou mesmo formalizar parceria como o Ministério do Meio Ambiente, O MMA apóia tecnicamente os órgãos interessados em implementar a A3P. A participação pode ocorrer por meio da adesão formal ou através do cadastro na Rede A3P.

Alguns órgãos da administração pública federal deram passos importantes na consolidação da Gestão Ambiental através de projetos e práticas administrativas sustentáveis, ao aderirem aos objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública –A3P, a exemplo a Presidência da República, o Ministério da Defesa, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Saúde (Fundação Nacional de Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária), o Ministério de Desenvolvimento Social, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o Ministério da Agricultura, dentre outros.

Dessa maneira, a A3P é um instrumento de política pública importante para a conscientização e sensibilização dos gestores, bem como dos servidores públicos, que, após a adoção de critérios sustentáveis, em seus ambientes de trabalho, passam a ser mais críticos na efetivação de medidas que afetam negativamente o meio ambiente. Portanto, é necessário que os gestores adotem o princípio da sustentabilidade e eficiência, uma vez que a administração pública é grande consumidora dos recursos naturais.

3.1.4 Projeto Esplanada Sustentável

O Projeto Esplanada Sustentável (PES) foi uma iniciativa conjunta instituída pela Portaria Interministerial nº 244/2012, com o objetivo de incentivar órgãos e instituições públicas federais a implementarem e divulgarem ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, promovendo a sustentabilidade ambiental e socioeconômica na Administração Pública Federal.

De 2012 a 2015, a adesão ao PES era voluntária, sendo a participação formalizada por meio da assinatura de Termo de Adesão com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A partir de 2015, passou a ser obrigatório que os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional encaminhassem à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do SisPES, um relatório de despesas e de redução de gastos.

4 A REGIÃO AMAZÔNICA, O AMAPÁ E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Neste momento da pesquisa foi realizada uma abordagem sobre a região Amazônica, o estado do Amapá e sua relação com as questões ambientais. Foi feita também apresentação, caracterização, e outras informações da UNIFAP, local onde foi realizado o estudo.

4.1 A região Amazônica

Ao debatermos questões referentes à gestão e a preservação ambiental não podemos deixar de abordar a região amazônica, pois a mesma deve estar no centro da pauta. Isso se dá pelo da Amazônia apresentar 7% da superfície do planeta e segundo estimativas cerca de 50% da biodiversidade mundial.

Os limites da Amazônia Legal foram estendidos várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. A sua forma atual foi definida pela Constituição de 1988, que incluiu Tocantins, Roraima e Amapá.

Segundo o IBGE (2019), os limites da Amazônia Legal foram se estendendo em função da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Hoje, ela ocupa 5.015.067,749 km², correspondente a cerca de 58,9% do território brasileiro (8.510.295,914 km²).

A região é composta por 772 municípios distribuídos da seguinte forma: 52 municípios de Rondônia, 22 municípios do Acre, 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato Grosso, bem como, por 181 Municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44º, dos quais, 21 deles, estão parcialmente integrados na Amazônia Legal. Possui uma superfície aproximada de 5.015.067,75 km², correspondente a cerca de 58,9% do território brasileiro.

Apesar de a Amazônia estar sempre presente nos debates ambientais mundiais a forma de encontrada pelo governo federal seguiu modelos de desenvolvimento baseados em Grandes Projetos a partir da construção de rodovias de integração (Transamazônica, POLONOROESTE), incentivo à colonização para preencher os espaços vazios existentes, com os flagelados da estiagem nordestina, apoio a projetos agropecuários e minerometalúrgicos (Programa Grande Carajás) e

de industrialização, desconsiderando os impactos socioambientais, estabelecendo um intenso movimento de “devassamento amazônico” (BECKER, 2001, p.137).

A gestão ambiental pública na Amazônia deve ser vista como uma questão de Estado e não de governo, em que cada cidade é importante para compor o sistema de desenvolvimento regional, unindo esforços, conhecimentos e responsabilidades, independentemente do partido político, se o cargo é temporário ou se o mandato eletivo expirou (Souza, 2013).

O mesmo autor afirma que nos dias de hoje, com a informação disponível em tempo real e com uma sociedade se educando ao longo do tempo, pode-se vislumbrar que, em um futuro bem próximo, não será mais tolerado pela população o comportamento de gestores públicos que atuam visando à próxima eleição ou que nada fazem por incapacidade, demagogia ou descompromisso.

4.2 O Estado do Amapá

Em 2018, o estado do Amapá apresentava uma população estimada de 829.494 habitantes e uma área territorial de 142.828,523 km² de território (IBGE, 2015). Sua Capital é Macapá, única capital brasileira banhada pelo rio Amazonas. O Amapá está situado na região Norte e tem como limites a Guiana Francesa a norte, o Oceano Atlântico a leste, o Pará a sul e oeste e o Suriname a noroeste.

Em um breve resgate histórico, Galindo (2017) destaca que o Amapá, que desde 1943 encontrava-se na condição de Território da União governado por lideranças indicadas pelo regime militar, passou a possuir autonomia política, administrativa e econômico-financeira, na qualidade de Unidade Federativa, após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Detentor de estruturas políticas, econômicas, sociais e administrativas embrionariamente presentes antes da estadualização, o Amapá tem passado, a partir de então, por intensas transformações espaciais e políticas que gravitaram principalmente na consolidação das esferas institucionais de gestão do Estado e de seus municípios (ver Figura 4), gerando significativas mudanças nas tessituras e dinâmicas da sociedade. O exercício de institucionalização de ambientes públicos de integração entre segmentos da sociedade e governo, envolvendo deliberações políticas, ganhou espaço no Amapá a partir de meados da década de 1990, através de debates sobre questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável nas áreas ambiental, social e

econômica, e, posteriormente, com a disseminação da formação de conselhos de políticas setoriais, da realização de conferências setoriais e da elaboração participativa de Planos Diretores (GALINDO, 2017).

Destarte, o Amapá ostenta o título do estado mais preservado do Brasil e conta com menos de 10% de sua área florestal original alterada por ação antrópica. Aproximadamente 72% de seu território encontra-se protegido nas Unidades de Conservação e nas Terras Indígenas demarcadas no estado. Não há como pensar no desenvolvimento do Amapá sem considerar a sua diversidade de ecossistemas e espécies, e a manutenção da sua floresta tropical úmida praticamente intocada. Para que a biodiversidade existente nos diversos ecossistemas possa contribuir para o desenvolvimento e trazer benefícios à população do Estado do Amapá é fundamental promover o uso sustentável da biodiversidade.

Figura 4 - Evolução da configuração espacial do estado Amapá

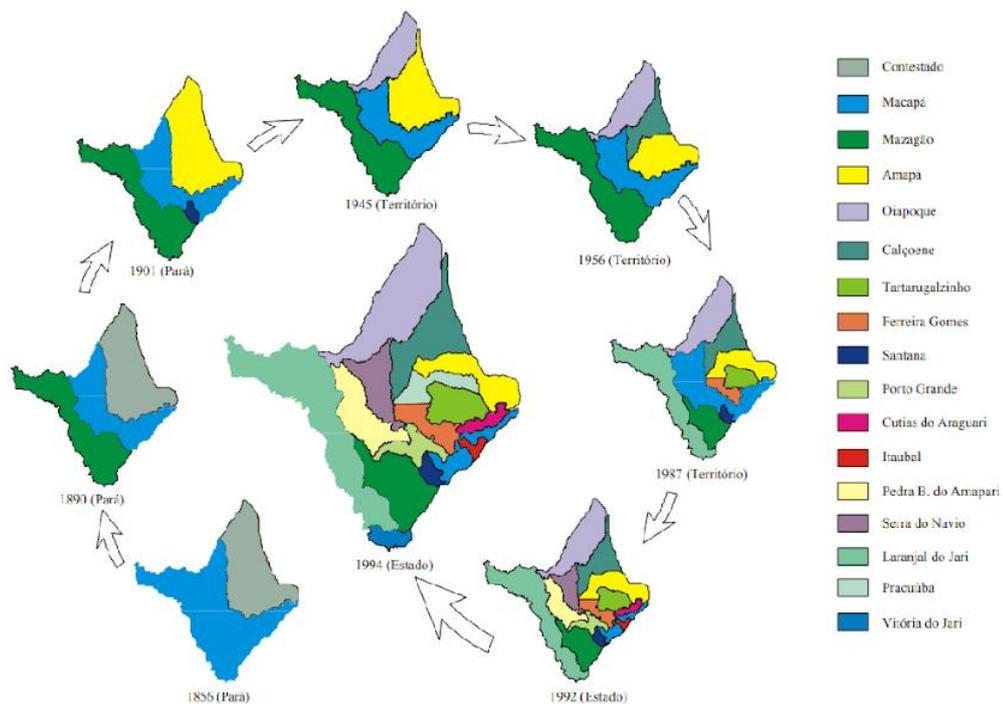


Fig. 4 Evolução histórico-geográfica e política do Amapá.

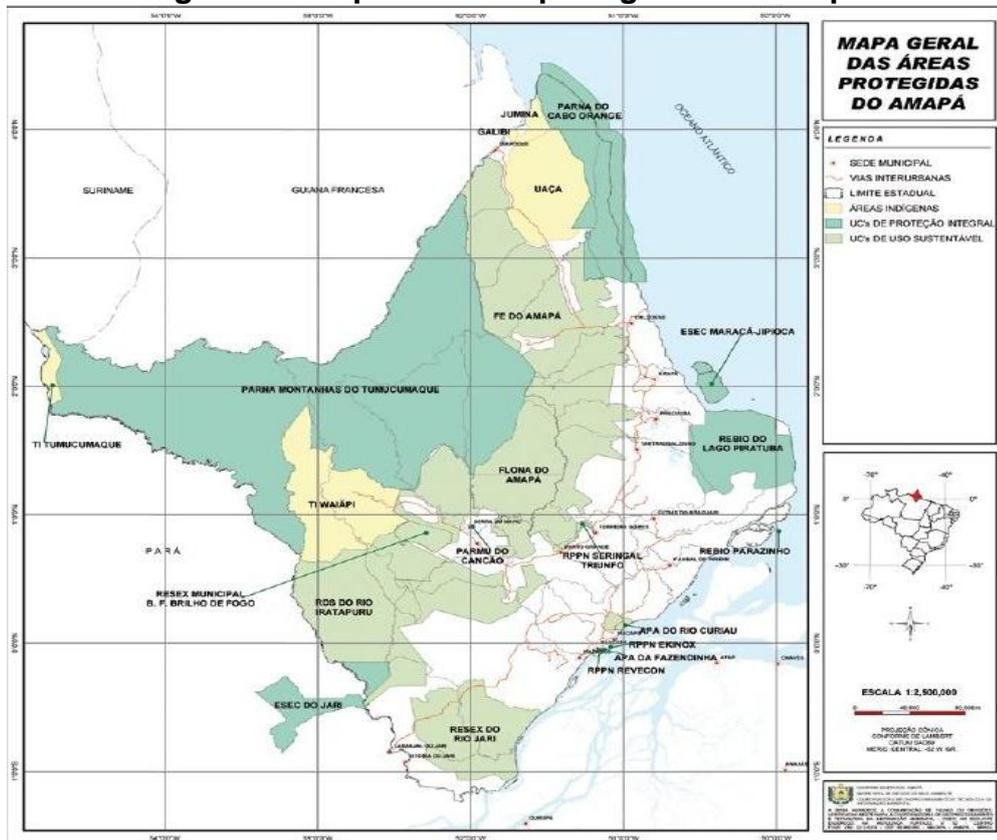
Fonte: ZEE/ IEPA (2015).

O Amapá possui 19 (dezenove) unidades de conservação em seu território, sendo 12 (doze) federais, 5 (cinco) estaduais e 2 (duas) municipais. Sendo que 8 do tipo unidade de proteção integral e 11 de uso sustentável, totalizando uma

área de 8.798.040,31 hectares. No entanto o Amapá não é o Estado mais protegido da Federação somente com as unidades de conservação, quando somado às terras indígenas, que abrange uma área total de 1.183.498,31 hectares, somasse mais 8,29% aos 62%, assim o Estado passa a corresponder com 69,89% da área total sob regime de proteção especial. Cabe salientar que as áreas indígenas não se enquadram em unidades de conservação, mas desempenham um papel importante na proteção dos recursos naturais (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ, 2011).

Como apresentado na Figura 5, quase totalidade dos municípios amapaenses, 14 (quatorze) dos 16 (dezesseis) existentes, possuem áreas protegidas (unidades de conservação, terras indígenas ou quilombolas) em seus territórios, sendo que os percentuais dessas áreas, parcelas significativas dos seus limites territoriais municipais, muitas vezes provocam uma total alteração do panorama fundiário e, conseqüentemente, econômico e social das regiões (PORTO *et al*, 2009).

Figura 5 - Mapa de áreas protegidas do Amapá



Fonte: CGEO/SEMA/AP (2008).

O Amapá possui grande heterogeneidade ambiental que inclui áreas de manguezais, campos inundáveis, enclaves de cerrado, floresta de várzea e de terra firme, além de grande diversidade cultural com populações ribeirinhas, extrativistas, quilombolas e indígenas, distribuídas em diferentes ambientes e habitando áreas protegidas e entorno.

As áreas protegidas constituem espaços territoriais legalmente instituídos pelo poder público, sendo importante instrumento para resguardar o patrimônio natural e cultural do Estado. As mesmas são destinadas à proteção dos recursos naturais, pesquisa científica, recreação, lazer, educação ambiental uso sustentável por comunidades tradicionais e garantia dos serviços ambientais. Contudo, o Governo do Estado do Amapá e os gestores das áreas protegidas têm o desafio de compatibilizar a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento e a sustentabilidade, considerando diversos usos e buscando a melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais existentes (AMAPA ECOCAMPING, 2018).

De acordo com Amaral (2010), pode-se dizer que os dois principais fatores que explicam o crescimento demográfico, urbano e econômico do Amapá são: a transformação de Macapá em sede administrativa do ex-território e a exploração mineral. Esses fatores servem para entender a forte centralidade de Macapá, pois nesta cidade concentram-se os principais investimentos, tanto aqueles decorrentes da produção da infraestrutura necessária para a administração do Território Federal, quanto os demandados pela ICOMI e pelo Grupo CAEMI, uma vez que Serra do Navio e o Porto de Santana faziam parte do município de Macapá.

A mudança de comportamento do uso da fronteira amapaense, de relações fronteiriças para ensaios e cooperações transfronteiriças, da mudança de efeito barreira fronteiriça para efeito cooperação transfronteiriça, tem implicado em ações do Governo Federal, mediante investimentos diretos em infraestrutura, serviços e teve seu crescimento urbano acelerado (PORTO, 2014).

4.3 Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) é uma Instituição de Ensino Superior (IES), fundação autárquica mantida pela União e vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com sede e foro na cidade de Macapá, no Amapá. A UNIFAP é uma instituição pública de ensino superior, situada no extremo Norte do Brasil.

A instituição possui quatro campi em funcionamento, sendo assim distribuídos: Campus Marco Zero do Equador, no município de Macapá, Campus Oiapoque, em Oiapoque, Campus Mazagão, município de Mazagão e Campus Santana, município de Santana e Campus Laranjal do Jari no sul do estado, no momento sem atividades pedagógicas (Ver dados na Figura 5).

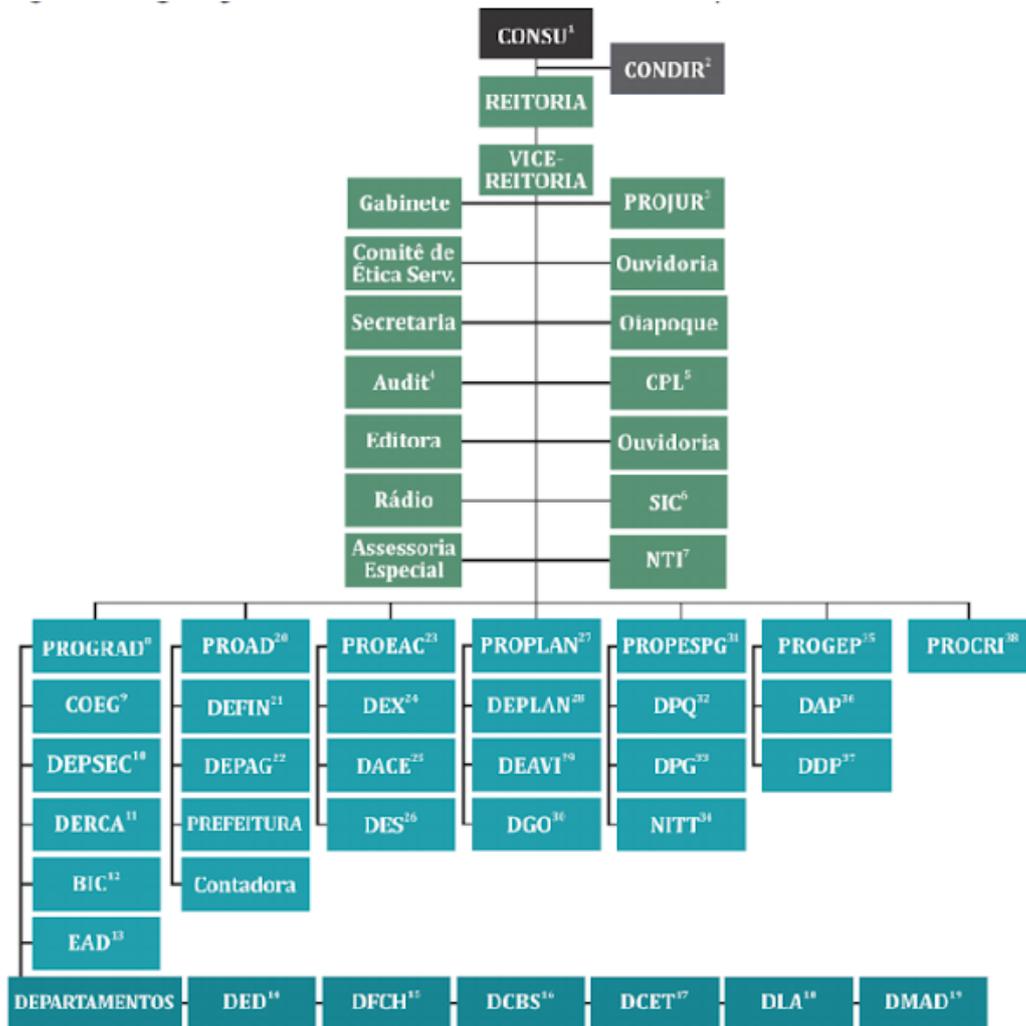
Figura 6 - Distribuição espacial da infraestrutura da UNIFAP



Fonte: UNIFAP (2015).

Como demonstrado no Relatório de Gestão (2019), a administração superior é exercida pela Reitoria cuja competência está definida no Regimento Geral, assim como, estão definidos os setores que compõem a IFES. A Reitoria está localizada no Campus Marco Zero do Equador, é composta pelo Reitor e Vice-Reitor, 7 (sete) Pró-Reitorias. Ainda fazem parte da estrutura organizacional os Órgãos Suplementares como: Comissão Permanente de Licitação (CPL); Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI); Rádio e TV; Biblioteca Central (BIC); e Assessoria Especial da Reitoria (AER), subdivididas em divisões; Órgãos de Apoio e Órgão de Controle, conforme apresentado na Figura 6.

Figura 7- Organograma da UNIFAP



Fonte: UNIFAP (2019).

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2015 a 2019 definiu como missão da UNIFAP promover de forma indissociável ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e o desenvolvimento social, econômico, ambiental, tecnológico e cultural da região amazônica. Visão: Ser norteadora da construção de conhecimento, gestão e competências, fomentando o desenvolvimento regional. Valores: Ética e Responsabilidade, Transparência e Prestação de Contas, Comprometimento e Participação, Inclusão e Equidade, e Eficiência e Sustentabilidade.

Seu embrião formou-se nos anos 1970, na época do então Território Federal do Amapá, quando a Universidade Federal do Pará (UFPA), através de sua Pró-Reitoria de Extensão, instalou o Núcleo de Educação de Macapá (NEM). Sua autorização deu-se pela Lei Federal nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, e sua

instituição foi mediante o Decreto Federal nº 98.977, de 02 de março de 1990. Historicamente, esta universidade representa a concretização de uma antiga aspiração da sociedade amapaense (UNIFAP, 2014).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 (UNIFAP, 2015), A UNIFAP iniciou suas atividades com a oferta de aproximadamente 500 (quinhentas) vagas voltadas para o campo do magistério (licenciatura curta), implantando, assim, o ensino superior no Amapá. Na década de 1990, cria-se, de fato, a Fundação Universidade Federal do Amapá, autorizada por meio do Decreto n.º 98.977, de 2 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União n.º 43, de 5 de março de 1990, nos termos da Lei n.º 7.530, de 29 de agosto de 1986, que autoriza o Poder Executivo a instituí-la, tendo seu estatuto aprovado pela Portaria Ministerial n.º 868/90, de acordo com o Parecer n.º 649/90-SESu, aprovado em 9 de agosto de 1990 e publicado na Documenta MRC n.º 35, tornando-a uma Instituição de Ensino Superior (IES), mantida pela União. Em 1991, com a nomeação de um reitor pro tempore, a UNIFAP realiza o primeiro vestibular para os cursos de Direito, Secretariado Executivo, Geografia, História, Matemática, Letras, Educação Artística e Enfermagem. Com isso, institui-se de fato a Fundação Universidade Federal do Amapá. A UNIFAP possui autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Conforme estabelecido no Artigo 3º do Regimento Geral, a UNIFAP tem por objetivos e funções: I - ministrar o ensino, que é indissociável da pesquisa e extensão; II - desenvolver as ciências, as letras e as artes; III - prestar serviços a entidades públicas e privadas e à comunidade em geral; e IV- promover o desenvolvimento nacional, regional e local.

A partir de 2006, impulsionada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a UNIFAP aumentou significativamente os seus espaços físicos, o seu quadro de recursos humanos (docentes e técnico-administrativos), bem como o seu alcance social, com o crescimento do número de discentes. De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), a UNIFAP foi uma das universidades que obteve o crescimento mais acelerado entre 2006 e 2010, com um aumento de matrículas de 324% (LIMA, 2013, p. 96).

No período de 2007 a 2012, houve uma crescente de expansão das universidades federais que teve como grande impulsionador o Programa do Governo

Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), parte integrante de um conjunto de ações do Governo Federal no Plano de Desenvolvimento de Educação do MEC. O referido programa foi instituído pelo Decreto Presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de dar às instituições condições de expandir o acesso e garantir condições de permanência no Ensino Superior. Ao lado da ampliação do acesso, com o melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento do contingente de recursos humanos existente nas universidades federais, estava também a preocupação de garantir a qualidade da graduação da educação pública.

As universidades receberam investimentos para a aplicação em ações como contratação de professores e servidores administrativos; recuperação e construção de instalações físicas; e aquisição de equipamentos para laboratórios, salas de aula, bibliotecas, ambientes de professores e órgãos administrativos.

4.3.1 Recursos Humanos

Nas últimas décadas houve uma crescente de expansão das universidades federais. As instituições federais de ensino superior (IFES), não ficaram preocupadas somente com a ampliação de cursos e matrículas, preocupou-se também com a evidente necessidade de contratação de servidores técnico-administrativos para dar o suporte necessário ao tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão).

Os Técnico-Administrativos em Educação (TAE) possuem peculiaridades no âmbito do Serviço Público Federal. Essas peculiaridades desempenhadas pelos Cargos, do nível fundamental ao superior, pelos Técnico-Administrativos em Educação nas Instituições Federais de Ensino no Brasil ressaltam a importância desses servidores para o contexto educacional brasileiro, o que implica em uma série de atribuições e premissas de atuação diferenciada dos demais Técnico-Administrativos do executivo federal, os mesmos ficam responsáveis pela gestão universitária.

Alberto e Balzan (2008) afirmam que os processos administrativos das áreas-meio permeiam toda a instituição universitária, sendo organizados através de cargos administrativos de instâncias e graus de responsabilidade distintos. Na Universidade, as atividades acadêmicas e administrativas coexistem e são

mutuamente dependentes. Portanto, o papel dos servidores TAE é fundamental e estratégico para o funcionamento dessas instituições, por isso não se pode determinar níveis de importância entre os atores institucionais.

Em 2013, a Unifap tinha à sua disposição, no ambiente administrativo, 285 técnicos, porém esse quantitativo estava aquém da real necessidade da Instituição. Entretanto, em decorrência das ações promovidas pelo Reuni, inicia-se uma curva ascendente na contratação de servidores técnicos, conforme apresentado na tabela a seguir.

No ano de 2014, a instituição já apresentava em seus quadros 434 servidores técnicos. Ou seja, houve um crescimento acima de 50%, levando em consideração o período anterior (2013).

Tabela 1 - Quantitativo de Técnico-administrativos da UNIFAP por titulação, de 2013 a 2018

Titulação/ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Doutores	-	1	1	-	2	2
Mestres	-	14	24	26	28	29
Especialistas	2	164	181	200	222	228
Graduados	139	166	115	117	139	143
Ensino médio	137	86	120	140	111	116
Ensino fundamental	7	3	3	2	4	4
Total	285	434	444	485	506	522

Fonte: UNIFAP (2019).

Outro dado de destaque refere-se à titulação dos técnicos, conforme os dados da tabela abaixo, percebe-se que houve aumento representativo na titulação desses servidores.

Ao analisar a composição, verificou-se que os técnicos com mestrado que, em 2014, era de 14 passou para 29, em 2018. A titulação de mestre dos técnicos, no período analisado, apresentou um crescimento significativo. Ressalta-se, também, a maior qualificação dos servidores técnicos que possuíam especialização. Fato este que vem se consolidando a cada ano na instituição.

O quadro docente da UNIFAP é composto por professores efetivos, substitutos e temporários, de acordo com as Leis 12.772/2012 e 12.863/2013, que normatizaram a estrutura do Plano de Cargos e Carreira do Magistério Federal.

Tabela 2 - Quantitativo de Docentes da UNIFAP por titulação – de 2013 a 2018

Titulação/ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Doutores	125	143	171	196	224	257
Mestres	219	204	221	294	282	272
Especialistas	102	78	107	122	123	120
Graduados	15	43	17	10	7	6
Total	461	468	516	622	636	655

Fonte: UNIFAP (2019).

Similar à categoria dos técnicos, houve um aumento considerável no quadro docente tanto em quantidade como em qualidade, pois em 2013 a UNIFAP contava com 461 docentes, passando a contar em 2019 com 665 docentes, o que representou um aumento em seu quadro docente de 42%, conforme apresentado na Tabela 2.

Os dados apresentados na Tabela 3 evidenciam uma diminuição no Orçamento Geral da Unifap no ano de 2017, se comparado aos exercícios de 2015 e 2016, de R\$ 18.545.542,00 e 17.722.937,58, respectivamente. Ou seja, em valores percentuais, 2015/2016 de -9,71 e 2016/2017 de - 9,32. Entretanto, ao analisarmos o período completo (2013-2017) houve uma pequena elevação média de 4,85%, valor esse que não acompanhou, na mesma proporção, o crescimento e as necessidades da instituição, conforme o descrito nos próximos gráficos.

Ao detalhar o orçamento por Grupo de Natureza de Despesa (GND), observou-se que no período, ocorreu um incremento médio nas despesas de pessoal e encargos sociais de R\$ 16.030.231,75, o que representa em números percentuais 20,30. Vale ressaltar que o mencionado grupo compromete de forma significativa o orçamento geral da instituição, além do que é uma despesa obrigatória (ver dados da Tabela 3).

Tabela 3 - Dotações Orçamentárias, por Grupo de Natureza de Despesa, entre 2013-2017 (UNIFAP)

DOTAÇÃO / EXERCÍCIO	2013	2014	2015	2016	2017
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
DOTAÇÃO INICIAL	43.830.775,00	55.264.371,00	84.734.420,00	96.598.465,00	124.779.563,00
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	16.827.861,00	28.921.973,00	14.774.791,00	20.212.148,00	-
DOTAÇÃO ATUALIZADA	60.658.636,00	84.186.344,00	99.509.211,00	116.810.613,00	124.779.563,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
DOTAÇÃO INICIAL	33.723.471,00	29.589.476,00	45.344.701,00	36.787.859,00	37.349.107,00
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	921.798,00	4.336.934,00	64.000,00	3.403.496,00	-
DOTAÇÃO ATUALIZADA	32.801.673,00	33.926.410,00	45.280.701,00	40.191.355,00	37.349.107,00
INVESTIMENTOS					
DOTAÇÃO INICIAL	35.993.331,00	25.015.634,00	44.630.620,00	34.136.621,58	10.312.320,00
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	17.070.613,00	10.740.040,00	1.566.000,00	-974.662,00	-
DOTAÇÃO ATUALIZADA	53.063.944,00	35.755.674,00	46.196.620,00	33.161.959,58	10.312.320,00
TOTAL GERAL	146.524.253,00	153.868.428,00	190.986.532,00	190.163.927,58	172.440.990,00

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

*Valor remanejado para GND Outras Despesas Correntes.

Para Silva (2019), os cortes e contingenciamentos iniciados em 2013 devido à crise econômica, acarretaram, de maneira geral, inúmeros problemas às IFES, acirrando-se em 2017. O mesmo autor destaca, na Unifap, dois elementos que sofreram os maiores impactos. O primeiro, os alunos em vulnerabilidade econômica e social, através da supressão, diminuição e restrição de benefícios.

...importantes instrumentos de apoio aos alunos em vulnerabilidade econômica, como: bolsas, auxílios em geral, sofreram interferências, seja por redução dos beneficiários, através de critérios mais rígidos de concessão, seja por atrasos ou diminuição no valor (SILVA, 2019, p. 38).

O segundo elemento impactado está relacionado à infraestrutura, a qual teve seu apogeu na época áurea do Reuni. Neste sentido, tanto o campus central, situado na capital - Macapá, denominado Marco Zero, quanto os campi no interior, expandiram-se através de diversas obras, inclusive melhorando a acessibilidade. Com o início da crise econômica em 2013, importantes obras foram paralisadas e outras tiveram seu início suspenso, acarretando inúmeros problemas pelos recursos já investidos e pela falta de conclusão, deixando a comunidade sem acesso ao serviço cuja finalidade se propunha a prestar.

Este quadro reproduz a realidade que a instituição enfrenta, inclusive em seus Campi, em especial ao Campus Binacional criado na “onda” expansionista do Reuni, mas que, atualmente, encontra-se com suas obras sem conclusão, com profundo impacto às comunidades, especialmente as indígenas.

Apesar dos cortes no orçamento, o autor destaca a obra do Hospital Universitário, iniciada em 2017, como exceção ao cenário de contingenciamento. Orçada em quase 200 milhões de reais, foi totalmente garantida financeiramente, através de emendas parlamentares impositivas, resultado do acordo da bancada federal - Deputados e Senadores, representantes do Estado. Com previsão de entrega para final de 2019, sua entrega foi adiada para maio de 2020, ainda estando dentro do cronograma. Mesmo com a entrega das obras, para seu funcionamento será necessários quase a mesma quantidade de recursos, especialmente na compra de equipamentos, além de contratação de pessoal. Diante desta realidade, discute-se a operacionalização gradual como forma estratégica de funcionamento dentro da realidade econômico-financeira da instituição, com início de atendimento à população previsto para 2021 (G1 – AMAPÁ, 2019).

4.3.2 Ações de Gestão Ambiental na Unifap

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIFAP, 2015 a 2019, estabeleceu que a responsabilidade socioambiental é compromisso de uma instituição que se preocupa com as consequências de suas ações no meio ambiente. Desta forma, através da gestão estratégica dos impactos sociais e ambientais a UNIFAP pretende reduzir o consumo e otimizar processos seus procedimentos internos. Pelo planejamento imposto, a UNIFAP adotou no ano de 2015 os Sistemas Institucionais Integrados de Gestão - SIG e seus diversos módulos, entre os quais o Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC - Portal Administrativo, definido pela UNIFAP como meio para tramitação de processo eletrônico.

O SIG foi desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no início dos anos 2000 e se constitui em uma base de dados que integra as áreas meio e fim da Instituição (áreas acadêmica, administrativa e de recursos humanos) em um só banco de dados. Os sistemas que compõem esta base são: SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos;

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas; SIGRH – Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos.

A UNIFAP foi uma das primeiras IFES a implantar o processo eletrônico a partir do SIPAC-Portal Administrativo. Sendo, inclusive, referência para outros órgãos da administração pública para implantação de seus sistemas de processo eletrônico. A implantação do SIG fez com que houvesse diminuição significativa na impressão de documentos, uma vez que os processos passaram a ser eletrônicos.

Outro exemplo de gestão ambiental praticado pela instituição refere-se às adequações das construções sustentáveis, onde a obra do Hospital Universitário já contempla aos normativos de obras sustentáveis. No prédio do HU haverá aproveitamento de água da chuva e efluentes.

Para o abastecimento do sistema de irrigação, das bacias sanitárias e mictórios, foram propostos a reutilização das águas pluviais coletadas das coberturas do empreendimento.

As águas pluviais provenientes da cobertura do Hospital deverão ser captadas por meio de grelhas hemisféricas, posicionadas nas calhas, encaminhadas aos tubos de queda do Hospital e deste para uma rede externa, direcionando aos denominados reservatórios de retardo que são reservatórios em concreto, enterrados, localizados na área externa do Hospital.

Para atender a uma especificação econômica será utilizado um sistema de acionamento por caixa de descarga embutida na parede, com acionamento frontal, descarga de 3 e 6 litros.

Figura 8 - Sistema de acionamento por caixa de descarga embutida na parede



Fonte: AEEA/UNIFAP (2019).

Além disso, as torneiras do prédio do HU irão possuir instalação de arejador; os quais funcionarão como controlador da dispersão do jato e como elemento de perda de carga, reduzindo a vazão e trazendo uma economia de 50%.

Figura 9 - Torneiras com arejador



Fonte: AEEA/UNIFAP (2019).

Há também a previsão de instalação da torneira hidromecânica (tipo temporizador mecânico) nos banheiros do hospital universitário. Estas torneiras possuem dispositivos mecânicos que são acionados por meio de um leve toque, liberando um fluxo de água, que se fecha automaticamente após um determinado tempo. O uso do arejador traz uma redução de cerca de 50%.

Figura 10 - Torneira Hidromecânica



Fonte: AEEA/UNIFAP (2019).

Ressalta-se que o esgoto produzido no HU será devidamente tratado e armazenado para compor o sistema de reuso. A água excedente no tratamento da estação de tratamento de efluentes será direcionada para a galeria de águas pluviais.

Outra ação de gestão ambiental na instituição detectada foi a implantação de lixeira seletivas. Mas apesar da boa iniciativa, não há uma coleta de forma correta dos resíduos destinados das lixeiras instaladas no campus Marco Zero.

Figura 11 - Instalação de lixeiras seletivas



Fonte: Acervo do Autor (2019).

5 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Neste momento da pesquisa foi abordado o tipo de pesquisa, a caracterização do local de estudo, os instrumentos de pesquisa, a descrição dos procedimentos de coleta e de análise de dados empregados.

A metodologia adotada neste trabalho foi realizada, inicialmente, em livros, artigos científicos, publicações eletrônicas e outros, caracterizando uma pesquisa bibliográfica (PRESTES, 2002).

Quanto à sua finalidade esse estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, isso porque visa adquirir conhecimentos sobre determinada realidade com a intenção de contribuir para a solução de problemas reais (GIL, 2010). Com relação aos objetivos esta pesquisa é exploratória e descritiva. Exploratória, pois versa sobre o detalhamento de um determinado assunto com vistas a proporcionar maior familiaridade com o problema ainda não explanado satisfatoriamente. E se caracteriza como descritiva por ter como principal objetivo descrever as características de uma determinada população (GIL, 2010).

A abordagem metodológica empregada é qualitativa, pois para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Entretanto, serão utilizados dados quantificáveis, mas o uso de métodos e técnicas estatísticas não serão determinantes para o alcance dos resultados.

5.1 Caracterização do local de estudo e público alvo

O cenário de estudo adotado foi o Campus Marco Zero, por ser o maior e mais representativo da Universidade Federal do Amapá. O público-alvo da pesquisa foi constituído pelos *stakeholders* internos do referido campus: docentes, técnico-administrativos e gestores.

A escolha da universidade foi realizada após perceber que há poucos estudos nas Instituições de Ensino Superior (IES) da região amazônica abordando essa temática. Além do mais, as universidades devem dar o bom exemplo à sociedade no que concerne a implantação de práticas ambientais que promovem o

menor impacto possível ao meio ambiente, bem como utilize os recursos disponíveis da forma possível.

5.2 Instrumentos de pesquisa, coleta de dados e procedimentos de utilização

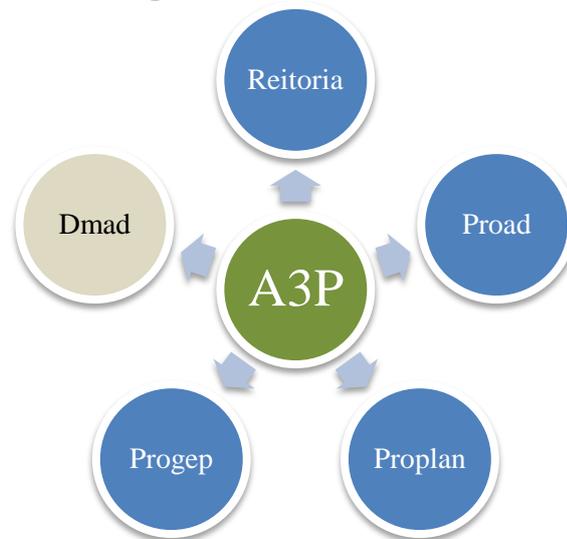
O presente estudo foi dividido em três etapas, a saber: Na primeira, por meio de análise documental, buscou evidências em documentos oficiais da universidade (comunicados internos, entrevistas à imprensa, relatórios de diversas áreas – tanto administrativas quanto educacionais), que viessem: verificar se há identificação formal de políticas de gestão ambiental. Além do mais, nessa fase foi feita análise documental das exigências da agenda A3P.

Na segunda etapa foi realizada aplicação de questionários (APÊNDICE A) com os servidores técnicos e docentes, bem como acadêmicos. O referido instrumento de pesquisa teve o propósito de analisar a percepção sobre a utilização ou ausência de políticas de gestão ambiental na IFES.

O questionário foi aplicado pessoalmente e também eletronicamente para a população interna da instituição, num total de 386 entrevistas.

Na terceira etapa foi utilizado o *Check list*, com adaptações, proposto por Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), o mesmo apresentou entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE B) com os gestores das pró-reitorias, além de entrevistar servidores do Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento-DMAD, inseridos para contribuir com informações críticas sobre a perspectiva acadêmica (Ver Figura 2). O objetivo principal foi de confrontar as informações e responder ao problema de pesquisa destacando elementos críticos e mostrar onde há a utilização de tais ações propostas pela A3P e pelo PES.

Figura 12 - Entrevistas com gestores dos setores estratégicos da Unifap



Fonte: elaborado pelo autor (2019).

Por meio das respostas obtidas foi possível pontuar as ações e práticas da instituição que atendem as exigências da A3P e do Programa Esplanada Sustentável.

Para embasamento de informações oficiais sobre a inserção de ações que visem a utilização de práticas de gestão ambiental e sustentabilidade foram utilizados diversos documentos institucionais para a análise na pesquisa, como: Relatórios de Gestão (2013 a 2018), Plano de desenvolvimento Institucional 2015-2019, Relatórios de Atividade Geral, Relatórios da Avaliação (2013 e 2013) e o Estatuto da universidade pesquisada.

Tendo em vista que o estudo envolveu a coleta de dados de servidores e discentes foi realizada a amostragem estratificada, com três estratos, a saber: i) docentes; ii) técnicos; ii) discentes. Tamanho amostral Considerando a margem de erro de 5%, com nível de confiança de 95%; a distribuição normal das variáveis; e o tamanho da população desses estratos na Unifap. O tamanho amostral está demonstrado na Tabela a seguir para as margens de erro de 5%.

Tabela 4 - Tamanho da população por estratos na Unifap

Estrato	População	Amostra 5%
Docente	714	35
Técnico-administrativo	523	26
Discente	6.707	325
Total	7.944	386

Fonte: SIGAA/Unifap (2019).

Ressalta-se que os indivíduos foram ser escolhidos aleatoriamente, ou seja, sem a influência de qualquer fator para seleção.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Visando responder ao objetivo específico dessa pesquisa, neste capítulo foram analisados os dados levantados no questionário sobre a percepção ambiental respondida pelos docentes, técnico-administrativos e discentes da Unifap. Além disso, verificou-se por meio dos resultados do Check list aplicado, cujo elaboração é de Freitas, Borgert e Pfitscher, com adaptações, se a Unifap atende ou não os objetivos e critérios definidos na A3P.

6.1 Análise sobre a percepção ambiental

Nesse momento da pesquisa buscou-se captar por meio do instrumento de coleta de dados, o questionário, o qual além de abordar a percepção sobre meio ambiente, fez a caracterização dos entrevistados através dos seguintes indicadores: gênero, faixa etária, escolaridade, dentre outros.

Nessa perspectiva, seguindo com os ensinamentos de Gonçalves e Gonçalves (2013), a percepção ambiental se constitui em um elemento fundamental para a compreensão acerca das inter-relações entre o homem e o ambiente em que ele está inserido. O que significa que a percepção perpassa pelo reconhecimento da inserção do homem em determinado ambiente e as distintas formas de sua interpretação em relação ao seu meio, é a partir desta percepção que nascem as políticas públicas relacionadas ao ambiente de cada sociedade.

Macedo (2000) defende que a percepção ambiental é definida como as diferentes maneiras sensitivas que os humanos captam, percebem e se sensibilizam pelas realidades, ocorrências, manifestações, fatos, fenômenos, processos ou mecanismos ambientais observados em seu meio. Ou seja, não há, necessariamente, uma homogeneidade diante da percepção dos indivíduos no que se refere a sua compreensão sobre os diferentes aspectos ambientais.

Como destacado em momentos anteriores, os dados da distribuição da amostra correspondem à composição da comunidade acadêmica da Unifap (Docentes, Técnicos e Discentes). Nesse sentido, a distribuição dos participantes da pesquisa teve como maior representação dos discentes, 325. Ressaltando que a mencionada categoria é a maior representação da comunidade acadêmica, conforme detalhamento na amostragem apresentada a seguir.

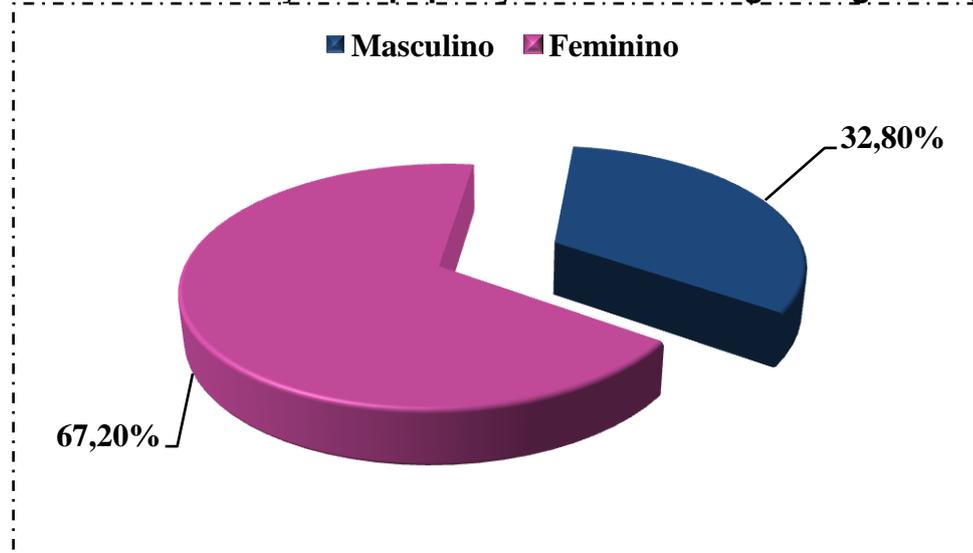
Tabela 5 - Distribuição dos participantes da amostra sobre a percepção ambiental

Participantes	Frequência	(%)
Docente	35	9,07
Técnico-administrativo	26	6,74
Discente	325	84,20
Total	386	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

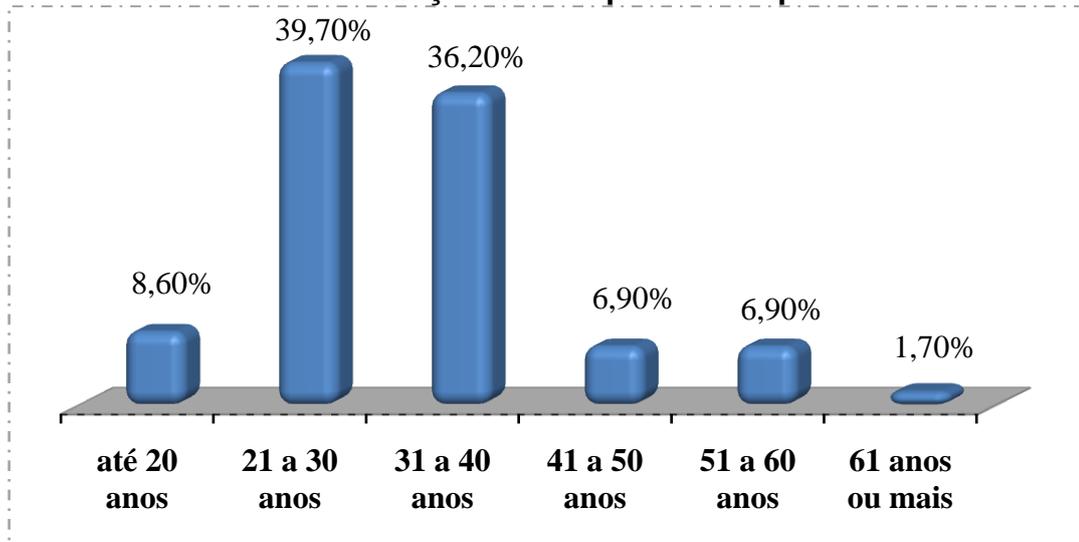
Ao analisarmos a distribuição da população entrevistada segundo o gênero, verificou-se que a predominância está entre o gênero feminino (67,20%). Por sua vez, o gênero masculino representou, na pesquisa em destaque, 1/3 dos entrevistados, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Gráfico 3 - Distribuição da população estudada segundo gênero (%)



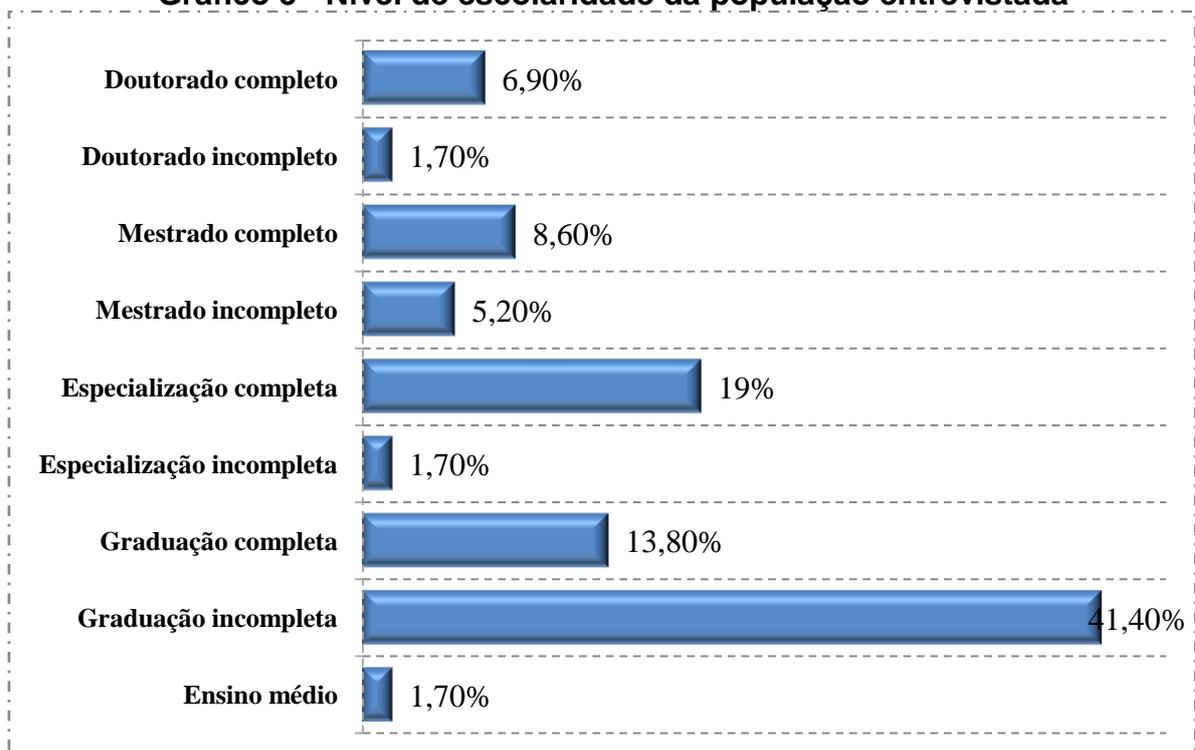
Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

Ademais, os dados apresentados no Gráfico 2 demonstram que os respondentes estão concentrados na faixa etária até 40 anos, correspondendo a aproximadamente 85% da população analisada. Vale destacar que a faixa etária de 21 anos a 30 anos teve maior representação na composição etária, 39,70%, seguida pela faixa etária de 31 a 40 anos, que apresentou 36,20% dos pesquisados.

Gráfico 4 - Caracterização dos respondentes por faixa etária

Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

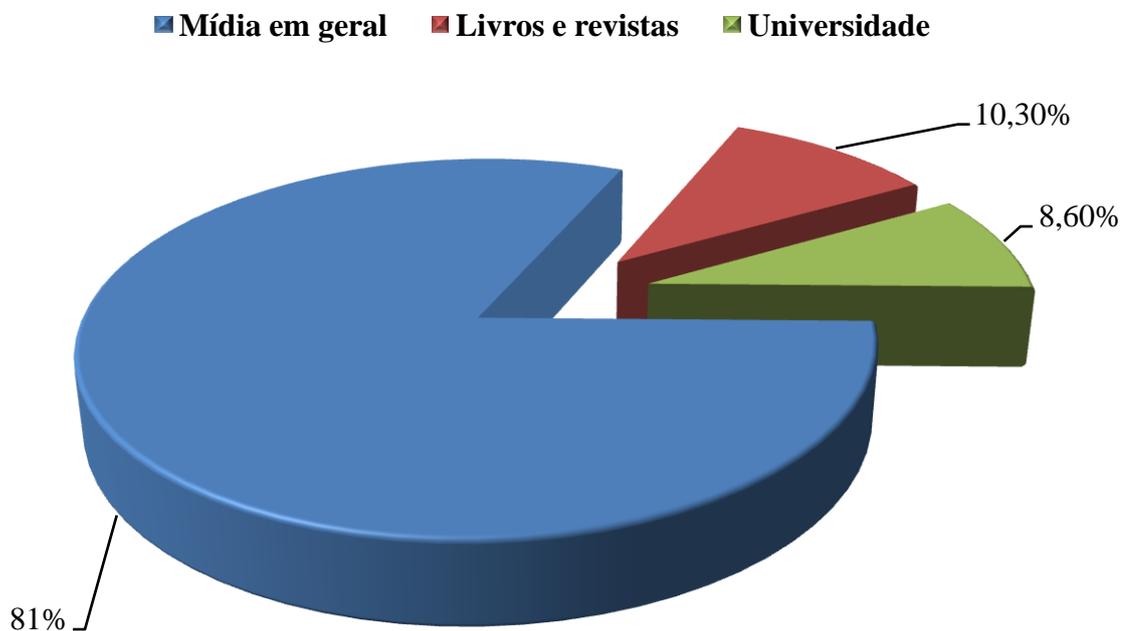
Outra informação importante para análise da caracterização da população é referente ao nível de escolaridade. A pesquisa identificou que 41,40% dos respondentes apresentaram graduação incompleta, fato este justificado pela maior frequência entre os participantes discentes, conforme apresentado no Gráfico 5. Além do mais, impulsionado pela categoria dos técnicos, 19% dos respondentes apresentaram especialização completa e 8,60% possui mestrado completo.

Gráfico 5 - Nível de escolaridade da população entrevistada

Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

No que tange a questão sobre a percepção sobre a busca de informações do cotidiano, procurou-se saber onde os respondentes buscavam informações do cotidiano a respeito das questões ambientais. Logo, 81% dos entrevistados afirmaram obter na mídia (internet, revista, jornal, rádio e TV) informações sobre as mencionadas questões, outros 10,30% afirmaram obter informações através de livros e revistas e apenas 8,60% responderam obter as informações no âmbito da universidade (Ver dados no Gráfico 6).

Gráfico 6 - Percepção sobre a busca de informações do cotidiano a respeito das questões ambientais



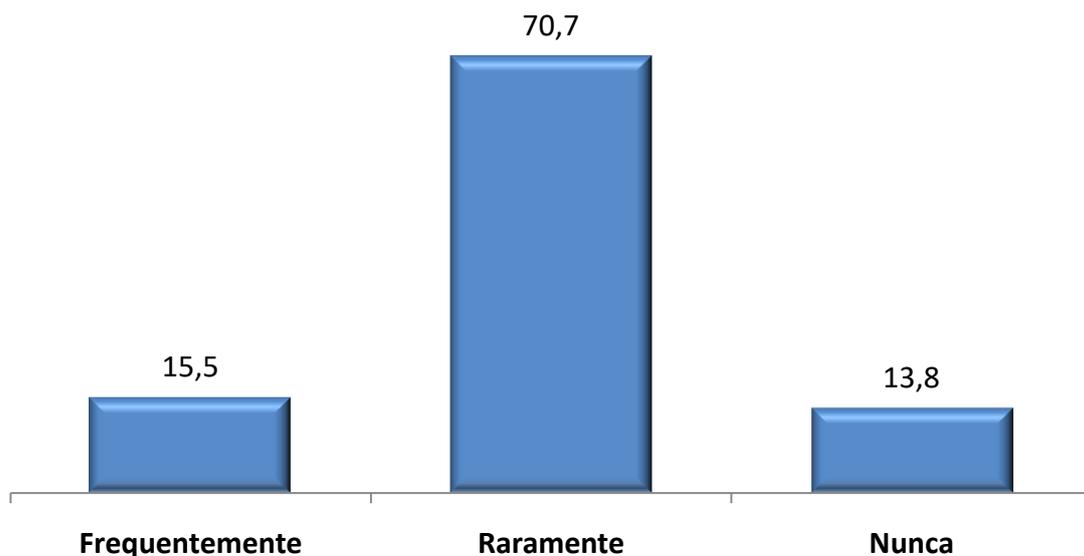
Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

Logo, como mencionado por Jacobi (2003) a necessidade de abordar o tema da complexidade ambiental decorre da percepção sobre o incipiente processo de reflexão acerca das práticas existentes e das múltiplas possibilidades de, ao pensar a realidade de modo complexo, defini-la como uma nova racionalidade e um espaço onde se articulam natureza, técnica e cultura. Refletir sobre a complexidade ambiental abre uma estimulante oportunidade para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e compromissado com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de

diferentes áreas de saber. Mas também questiona valores e premissas que norteiam as práticas sociais prevalentes, implicando mudança na forma de pensar e transformação no conhecimento e nas práticas educativas.

A pesquisa apontou também, conforme apresentado no gráfico 7, que para 70,7% dos entrevistados a UNIFAP raramente se preocupa em aplicar ações de sustentabilidade. E para 15,5% dos entrevistados essa preocupação da instituição com ações de sustentabilidade é frequente, outros 13,80% afirmam que a instituição nunca se preocupa em aplicar ações sustentáveis, conforme dados observados no Gráfico 7.

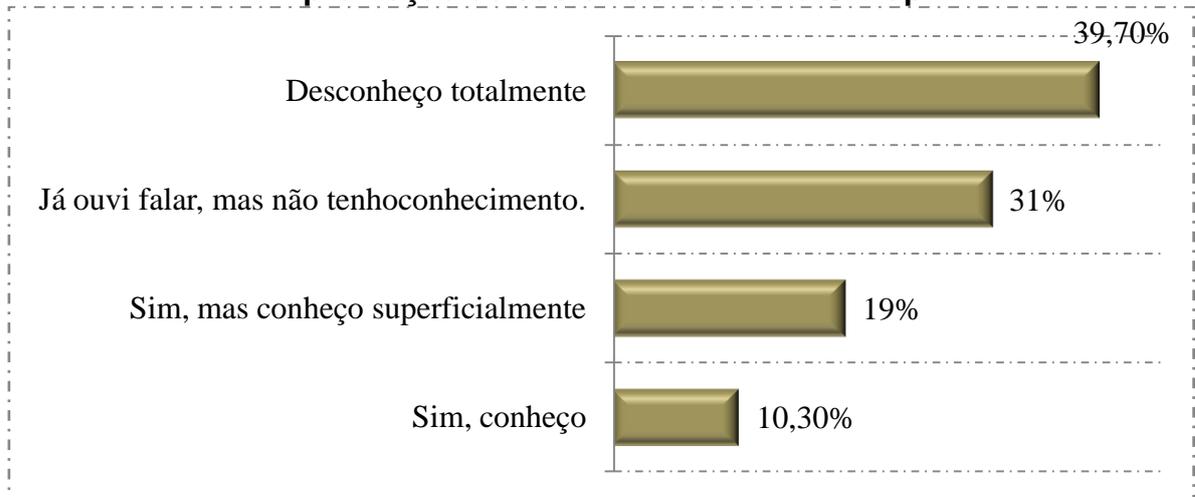
Gráfico 7 - Percepção sobre o nível de preocupação da UNIFAP em aplicar ações de sustentabilidade



Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

Ao analisar a percepção sobre a existência de programas ou ações de incentivo à promoção de sustentabilidade na Unifap, apresentados no gráfico 8, verificou-se que 39% dos entrevistados afirmaram desconhecimento total sobre a existência de programas ou ações de incentivo à promoção de sustentabilidade. Por outro lado, 31% dos respondentes afirmaram que já ouviram falar, mas não tem conhecimento sobre ações ou programas sustentáveis implementados pela instituição.

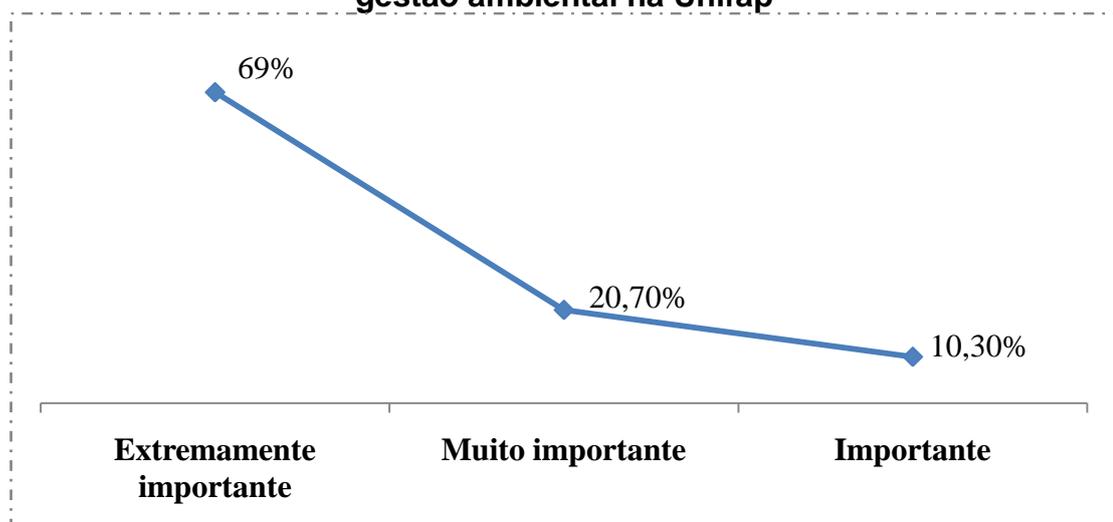
Gráfico 8 - Percepção sobre a existência de programas ou ações de incentivo à promoção de sustentabilidade na Unifap



Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

No gráfico 9, procurou-se saber da comunidade acadêmica qual seu nível de percepção sobre a importância da implantação de políticas de gestão ambiental na instituição. Logo, percebe-se que há um grau elevado de conscientização sobre a importância da efetivação de práticas ambientais, pois aproximadamente 70% dos entrevistados afirmaram que tais práticas são extremamente importantes e para cerca de 20% são muito importantes.

Gráfico 9 - Percepção sobre a importância da implantação de políticas de gestão ambiental na Unifap



Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

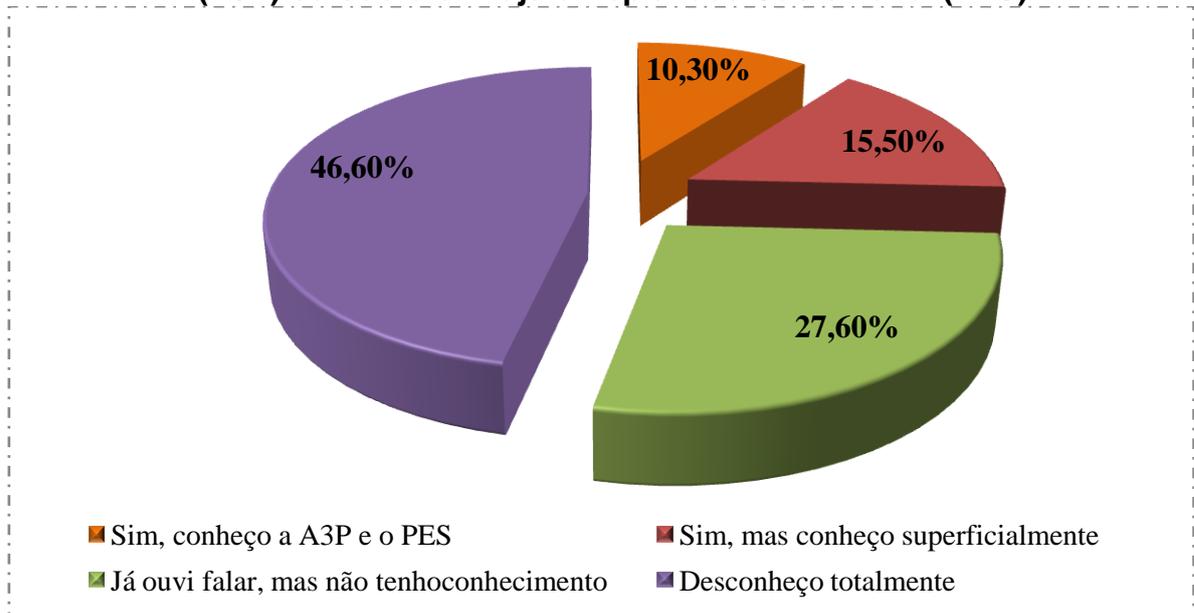
Dos resultados apresentados do gráfico 9, pode-se inferir que a comunidade acadêmica percebe que a implantação de práticas de gestão ambiental

tem papel essencial de proteção do meio ambiente, como forma, inclusive, de propiciar melhor qualidade de vida à população envolvida.

Os entrevistados foram perguntados se conhecem ou já ouviram falar sobre Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) ou sobre o Projeto Esplanada Sustentável (PES), conforme verificado no gráfico 10. De acordo com os resultados, 10,30% dos entrevistados conhecia ou já havia ouvido falar da Agenda A3P e do PES; 15,50% conhece, mas de forma superficial; 27,60% respondeu que já ouviu falar, mas não tem conhecimento do que se trata e 46,60% disseram desconhecer totalmente essas iniciativas do governo federal.

Nessa lógica, os dados apresentados demonstram que a comunidade acadêmica tem pouco conhecimento ou conhecimento superficial sobre a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) ou sobre o Projeto Esplanada Sustentável (PES).

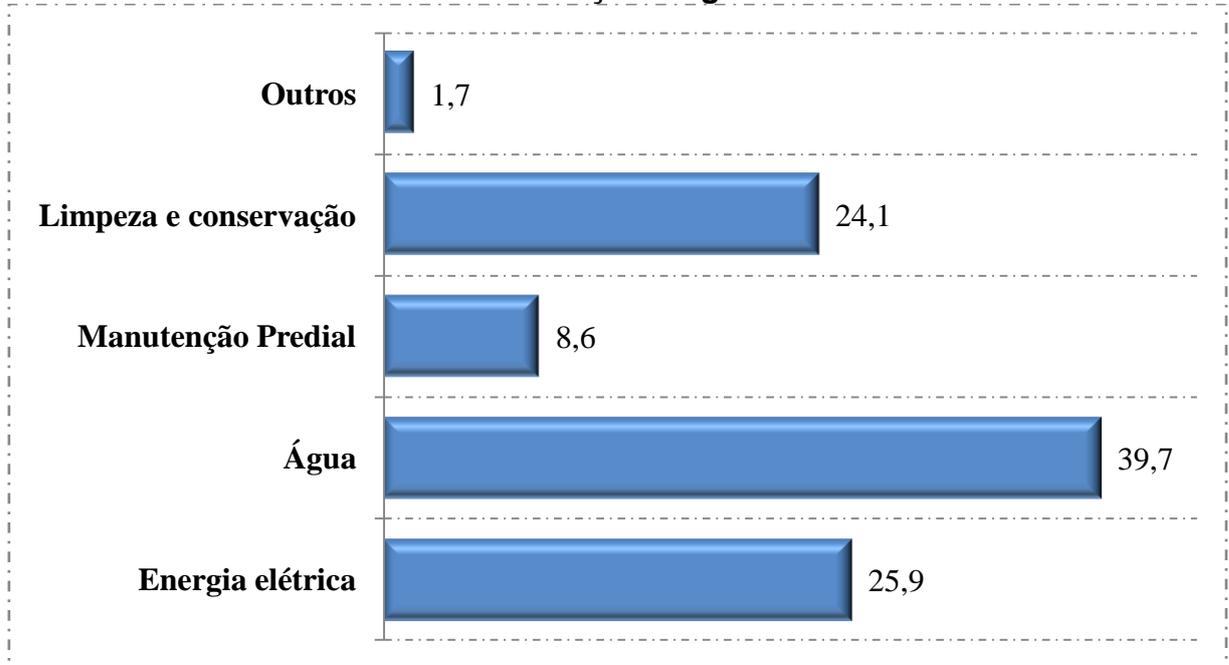
Gráfico 10 - Conhecimento sobre Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) ou sobre o Projeto Esplanada Sustentável (PES)



Ao buscar saber qual elemento de despesa fixa da Unifap seria mais importante para implantar ações de sustentabilidade e racionalização de gastos na instituição, cerca de 40% dos entrevistados afirmaram que tais ações devem ser iniciadas pelo elemento de despesa água, já para aproximadamente 26% responderam que a atividade escolhida para implementar práticas de

sustentabilidades é de energia elétrica e para 24,1% que deveria ser a atividade de limpeza e conservação.

Gráfico 11 - Atividades para implementar ações de sustentabilidade e racionalização de gastos

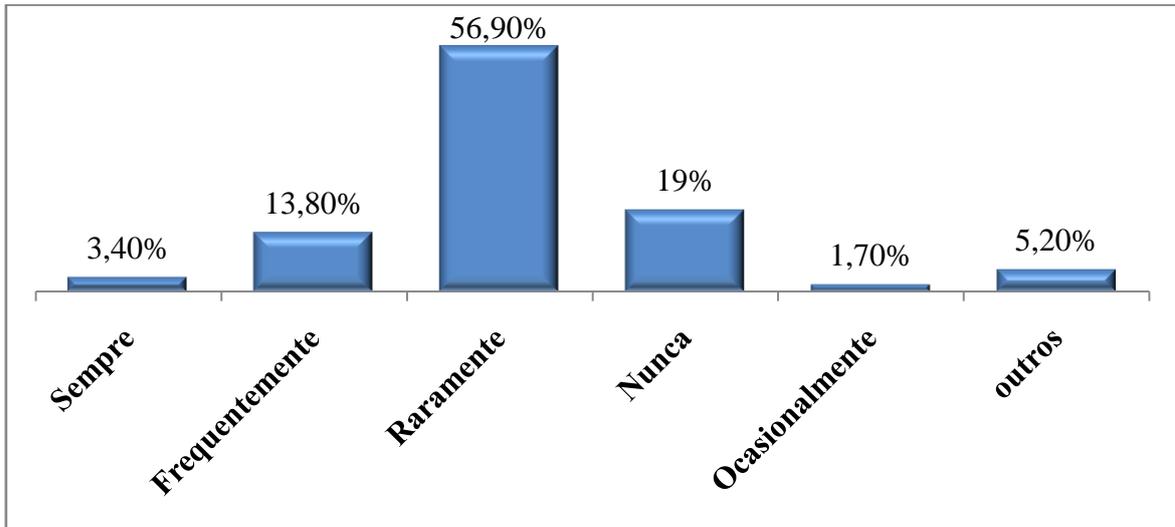


Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

Com o objetivo de procurar saber se a Unifap deu oportunidade para compartilhamento de ideias e/ou sugestões relativas à sustentabilidade pela comunidade acadêmica. Os dados do gráfico 12 mostram que 56,90% dos entrevistados raramente tiveram oportunidade para compartilhar e/ou dar sugestões sobre ações relativas à sustentabilidade ambiental na instituição. Além do mais, para 19% dos entrevistados relataram que nunca conseguiram apresentar suas ideias relativas ao tema.

Vale destacar que existe na instituição a Ouvidoria que constitui-se no elo de comunicação entre o cidadão a Instituição. Além de ser um canal que fomenta e efetiva a democracia participativa. Entretanto, como apresentado pelos resultados obtidos, há ausência de interlocução da gestão superior e a comunidade acadêmica na discussão para implementação de práticas ambientais.

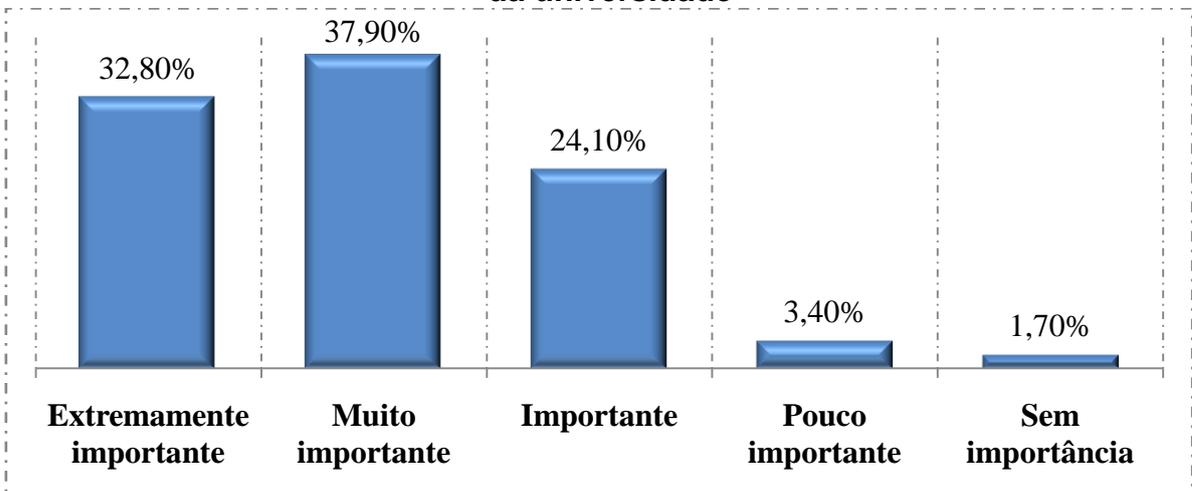
Gráfico 12 - Compartilhamento de ideias e/ou sugestões relativas à sustentabilidade



Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

Ao indagar os entrevistados sobre a importância de se propor editais para premiação de melhores propostas referentes ações de práticas ambientais na universidade, 37,90% responderam que seria muito importante o fomento dessa política. Corroborando com o dado anterior, 32,80% afirmaram que é de extrema importância essa iniciativa. Logo, contata-se que a comunidade acadêmica tem elevado interesse em apresentar propostas para inserção de práticas ambientais na Unifap, mas ainda não há, por parte da administração superior, políticas que incentivem a comunidade para apresentar propostas que ajudem a minimizar os impactos ambientais na instituição.

Gráfico 13 - Visão sobre proposição de editais para ações de gestão ambiental da universidade



Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

6.2 Análise dos dados das dimensões do *Check list*

Nesse momento da pesquisa, para medir a adesão da instituição a agenda da administração pública, foi utilizado um *check list* composto por 37 (trinta e sete) questões referentes aos eixos temáticos da A3P. As questões foram formuladas com base no Manual da Agenda Ambiental na Administração Pública – Cartilha A3P – e as respostas foram coletadas a partir de entrevistas direcionadas aos gestores dos setores estratégicos para implementação das políticas institucionais, bem como direcionadas a servidores do Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento.

As informações dos Quadros a seguir, expressam o *Check list* das ações da Unifap em relação aos objetivos da A3P.

Nesse sentido, ao fazer a análise dos resultados no quadro 1, referente à adequação da UNIFAP aos objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), verifica-se que a instituição atendeu parcialmente aos propostos nos estudos de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), em relação aos objetivos da A3P.

Na aplicação do *check list* percebeu-se que os gestores (pró-reitores e diretores) reconhecem a importância de implementar práticas que estejam relacionadas a responsabilidade sociambiental. Entretanto, em decorrência de não existir uma política integrada e consolidada na Instituição, o que se observa que pequenas ações são realizadas para atender questões legais e emergenciais.

A respeito do primeiro objetivo, destaca-se que nas entrevistas realizadas foram recorrentes considerações de que falta por parte da gestão iniciativas de consumo consciente de energia e de água, coleta seletiva de lixo, questões essas importantes para a consolidação de uma gestão ambiental de uma organização.

Figura 13 - Lâmpadas ligadas durante o dia pelos corredores da instituição



Fonte: Acervo do Autor (2019).

Após buscas nos documentos oficiais e entrevistas com os gestores da instituição foi salientado pelo responsável da Proplan que no PDI 2015/2019, na perspectiva orçamento, como objetivo estratégico de reduzir os custos operacionais, foi inserido a meta de implantação do Projeto Esplanada Sustentável. Entretanto, ficou evidenciado que o monitoramento do consumo de água e de energia elétrica que era feito através do SIMEC, módulo Esplanada Sustentável, passou a não ser mais alimentado pela instituição.

Nessa lógica, ainda não existe política de gestão ambiental integrada e oficializada na organização, indo de encontro ao que apresentam Freitas, Borgert e Pfitscher (2011, p.10), que argumentam ser “esse objetivo de maior relevância, visto que a implantação de um sistema de gestão ambiental está condicionada ao aval dos gestores, especialmente no caso da administração pública e da A3P em que não há obrigação legal para implantação”.

Com relação ao objetivo 2, Economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais, a Assessoria Especial de Arquitetura e Engenharia (AEEA) vem realizando o monitoramento do consumo de água. Ademais, a Comissão Própria de Licitação (CPL) vem realizando compras via pregão eletrônico e Regime Diferenciado de contratações. Além de criar, na reestruturação administrativa, a Divisão de Custos Operacionais, a qual auxilia e promove subsídios para redução de custos operacionais da instituição.

Por sua vez, no terceiro e quarto objetivos que tratam de redução do impacto socioambiental negativo e revisão de padrões de produção e consumo, bem como adoção de novos padrões de sustentabilidade, os entrevistados não apresentaram poucos exemplos de tais práticas, dentre os quais destacaram a construção de prédios em obediências às normas da ABNT e demais regulamentos.

Quadro 1 - Check list da adequação da UNIFAP aos objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

Objetivo 1 – Sensibilização dos gestores	Atende	Parcial	Não Atende	Observação/ Exemplos de ação
1. Há sensibilização dos gestores, em relação à gestão e responsabilidade socioambiental na instituição?		X		- Apresentado no Plano de Desenvolvimento Institucional;
Objetivo 2 – Economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais				
1. A gestão ambiental na UNIFAP promove o uso racional de recursos naturais e bens públicos?	X			Compras via pregão eletrônico e Regime Diferenciado de contratações
2. A gestão ambiental na UNIFAP promove a redução de gastos institucionais?	X			Criação da Divisão de Custos Operacionais
Objetivo 3 – Redução do impacto socioambiental negativo				
1. A gestão ambiental na UNIFAP contribui para a redução de impacto socioambiental negativo, direto e indireto, provocado pelas atividades administrativas e operacionais da instituição?			X	
Objetivo 4 – Revisão de padrões de produção e consumo e adoção de novos padrões de sustentabilidade				
1. A gestão ambiental na UNIFAP contribui para a adoção de novos padrões de sustentabilidade na administração pública?	X			As novas obras da instituição estão de acordo com os novos padrões de sustentabilidade exigidos.
2. A gestão ambiental na UNIFAP contribui para a adoção e revisão dos padrões de produção e consumo?			X	
Objetivo 5 – Melhoria da qualidade de vida				
1. A gestão ambiental na UNIFAP contribui para a melhoria da qualidade de vida dos stakeholders?	X			

Fonte: Elaboração do autor com adaptações do modelo de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).

Ao analisarmos os dados aplicados no *Check list* no Quadro 2, o qual trata sobre a **adesão da UNIFAP ao Eixo temático I da A3P - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos**, identifica-se que a Instituição em estudo atende de forma de forma parcial aos objetivos dos eixos temáticos da A3P. Pois, conforme abordado anteriormente, implantou em 2015 os Sistemas Institucionais Integrados de Gestão - SIG e seus diversos módulos, entre os quais o Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC - Portal Administrativo, definido pela UNIFAP como meio para tramitação de processo eletrônico, logo houve redução substancial na confecção dos processos físicos (redução no consumo de papel). Também, a UNIFAP promove o monitoramento no consumo de energia de forma frequente.

Por outro lado, observou-se que a instituição não desenvolve ações de redução do consumo de copos plásticos e também não desenvolve ações de monitoramento/redução do consumo de outros recursos que possam causar impactos ambientais significativos.

Quadro 2 - Check list referente à adesão da UNIFAP ao Eixo temático I da A3P - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

Questões	Atende	Parcial	Não Atende	Observação/ Exemplos de ação
1. A UNIFAP desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?	X			Implantação do Sistema Eletrônico Informatizado (SEI)
2. A UNIFAP desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia?	X			É realizado periodicamente o monitoramento pela DICOP/Proplan
3. A UNIFAP desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?		x		Até 2018 era inserido no modulo do PES esse monitoramento
4. A UNIFAP desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos plásticos?			x	
5. A UNIFAP desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos?			x	

Fonte: Elaboração do autor com adaptações do modelo de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).

Através das informações obtidas com a aplicação do *check-list*, apresentado no Quadro 3, constata que a Unifap atende de forma deficitária **ao Eixo temático II, no que concerne à Gestão adequada dos resíduos gerados**, especialmente quanto às questões referente a coleta seletiva e sobre a Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006. Um dos poucos itens atendidos, no Eixo temático II está apresentado na questão 4, a qual salienta a destinação adequada aos resíduos perigosos realizados pela a empresa Tratalix.

Quadro 3 - Check list referente à adesão da UNIFAP ao Eixo temático II - Gestão adequada dos resíduos gerados

Questões	Atende	Parcial	Não Atende	Observação/ Exemplos de ação
1. A UNIFAP desenvolve e incentiva a política dos 5R's?		x		
2. A coleta seletiva na Unifap atende a resolução CONAMA n.º 275, de 25 de abril de 2005?			x	
3. A UNIFAP possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006?			x	
4. Há destinação adequada a resíduos perigosos?	x			Contrato com a empresa Tratalix.

Fonte: Elaboração do autor com adaptações do modelo de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).

O terceiro eixo, destacado no quadro 4, evidencia as condições oferecidas pela instituição, no que se refere à qualidade de vida no ambiente de trabalho dos seus servidores, constatou-se que a instituição realiza frequentemente o Levantamento de Necessidades de Capacitação, e logo após são selecionadas as capacitações a serem realizadas durante o ano, priorizando capacitações que trabalhem habilidades coletivas. Além do mais, possui o controle de frequência por ponto biométrico e login, válido somente para os servidores técnicos administrativos. Outro ponto positivo identificado nesse eixo refere-se a realização de exames médicos periódicos que visa, prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais. Ademais, os servidores dispõem de acompanhamento médico, nutricional e psicológico.

Contudo, algumas questões como acessibilidade ainda são muito precárias, a instituição não dispõe de rampas em todos os prédios, não há

continuidade das passarelas, interligando os prédios, e quando há, o piso está danificado, dificultando a vida do cadeirante. Ademais, não dispõem de sinais sonoros ou luminosos, para atendimento aos acadêmicos e servidores surdos e/ou cegos. Outro destaque negativo refere-se com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos servidores e bolsistas, pois a compra do mobiliário é feita de modo geral, sem levar em consideração os padrões ergonômicos avaliados pelo setor de segurança e medicina no trabalho.

Quadro 4 - Check list referente à adesão da UNIFAP ao Eixo temático III da A3P- Qualidade de vida no ambiente de trabalho

(continua)

Questões	Atende	Parcial	Não Atende	Observação/ Exemplos de ação
1. A UNIFAP oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos seus servidores e bolsistas?	X			O Curso de Fisioterapia realiza ginástica laboral nas Unidades administrativas .
2. A UNIFAP atende a todas as exigências de acessibilidade, em todas as suas instalações?			X	A acessibilidade ainda é muito precária, não dispõem de rampas em todos os prédios, não há continuidade das passarelas, interligando os prédios, e quando há, o piso está danificado, dificultando a vida do cadeirante. Ademais, não dispõem de sinais sonoros ou luminosos, para atendimento aos acadêmicos e servidores surdos e/ou cegos.
3. A UNIFAP possui preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos servidores e bolsistas?			X	Não há uma sincronia entre os setor de compras e o setor de segurança no trabalho, logo a compra do mobiliário é feita de modo geral, sem levar em consideração os padrões ergonômicos avaliados pelo setor de segurança e medicina no trabalho.

**Quadro 4 - Check list referente à adesão da UNIFAP ao Eixo temático III da A3P-
Qualidade de vida no ambiente de trabalho**

(continua)

Questões	Atende	Parcial	Não Atende	Observação/ Exemplos de ação
4. A UNIFAP possui uma comissão interna de prevenção de acidentes?			X	Ainda está em fase de elaboração de minuta de resolução. Uma das principais dificuldades encontradas para instalação de uma Comissão Interna de Saúde e Segurança no Trabalho (CISST), entretanto a Unidade responsável tem encontrado dificuldades para elaborar o documento, e criar alternativas para atrair interessados em participar da referida Comissão.
5. A UNIFAP possui controle da jornada de trabalho?	x			A Unifap possui o controle de frequência por ponto biométrico e login, válido somente para os servidores técnicos administrativos e docentes em função de gestão. Esta regra não se aplica aos servidores em cargos de direção CD1, CD2, CD3.
6. A UNIFAP possui grupo especializado /capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)			X	Não tenho conhecimento.
7. Os ambientes da UNIFAP, especialmente os de trabalho, são salubres?	x			Há algumas unidades, principalmente laboratórios da área da saúde e exatas, que são considerados insalubres pois há contato com elementos químicos, biológicos, radiação, ressalta-se que os servidores lotados nessas unidades recebem adicional de insalubridade como uma espécie de indenização.

**Quadro 4 - Check list referente à adesão da UNIFAP ao Eixo temático III da A3P-
Qualidade de vida no ambiente de trabalho**

(continua)

Questões	Atende	Parcial	Não Atende	Observação/ Exemplos de ação
8. A UNIFAP possui programa de saúde ocupacional?	X			A Unifap realiza anualmente o Programa de Exames Médicos Periódicos que visa, prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais. Ademais, os servidores dispõem de acompanhamento médico, nutricional e psicológico.
9. A UNIFAP incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades a serem desenvolvidas?	X			
10. A UNIFAP incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas?	X			Anualmente são realizados o Levantamento de Necessidades de Capacitação, e após esta fase são selecionadas as capacitações a serem realizadas durante o ano, priorizando capacitações que trabalhem habilidades coletivas. As habilidades individuais e específicas também são incentivadas, entretanto, de modo mais reduzido, tendo em vista o orçamento reduzido, embora a instituição também incentive, por meio da liberação para licença para capacitação e qualificação.

**Quadro 4 - Check list referente à adesão da UNIFAP ao Eixo temático III da A3P-
Qualidade de vida no ambiente de trabalho**

(conclusão)

Questões	Atende	Parcial	Não Atende	Observação/ Exemplos de ação
11. A UNIFAP incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da percepção do significado do trabalho individual e coletivo?	X			
12. A UNIFAP incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos?		X		A UNIFAP promove ações isoladas, necessitando que seja política institucional, integrada e contínua.
13. A UNIFAP incentiva e promove a integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa?		X		
14. A UNIFAP incentiva e promove a integração social interna, através do senso comunitário?		X		

Fonte: Elaboração do autor com adaptações do modelo de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).

O quarto eixo foi analisado a sensibilização e capacitação dos servidores, neste sentido observou-se que a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas realiza ações de capacitação e qualificação dos servidores, contempladas no quarto eixo temático. Para a comunidade do entorno são oferecidos cursos de capacitação e de extensão ofertados pela Pró-reitoria de Ações Assistenciais (PROEAC). Também, foi informado que a Pró-reitoria de Graduação (Prograd) e a Assessoria de Comunicação da reitoria fazem campanhas regulares de sensibilização junto aos discentes.

Quadro 5 - Check list referente à adesão da IFES ao Eixo temático IV da A3P - Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores

Questões	Atende	Parcial	Não Atende	Observação/ Exemplos de ação
1. A UNIFAP desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos?	X			Anualmente é realizado o levantamento de necessidades de capacitações por setor, que o levantamento dessas demandas são consolidadas para o planejamento do Plano Anual de capacitação.
2. A UNIFAP desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes?	X			Os servidores docentes também são contemplados pelas capacitações do Plano Anual de capacitação ofertados pela Progep.
3. A UNIFAP desenvolve ações de sensibilização com o corpo discente?	x			
4. A UNIFAP desenvolve ações de sensibilização com a comunidade no entorno da instituição?	x			

Fonte: Elaboração do autor com adaptações do modelo de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011).

Considera-se atendido o quinto eixo temático, que trata de Licitações Sustentáveis ou compras públicas sustentáveis, uma vez que, no quesito de obras públicas (RDC), a percepção de aplicabilidade das orientações de sustentabilidade é mais perceptível. A análise e conferência dos materiais e sistemas pela fiscalização, aplicados na obra, devem ser rigorosos quanto aos critérios de eficiência energética, redução de impactos ambientais e sustentabilidade.

Um dos critérios aplicados aos projetos arquitetônicos é o de melhor aproveitamento energético, com iluminação natural e menor uso de energia elétrica.

É obrigatório que o contratado promova e cumpra a Gestão dos Resíduos Sólidos, conforme estabelece a Resolução do CONAMA nº 307, de 5 de julho de 2002. Tem-se, ainda, que observar, prevenir e fazer cumprir os artigos 46, 49 e 60

da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

Quadro 6 - Check list referente à adesão da IFES ao Eixo temático V da A3P - Licitações Sustentáveis

Questões	Atende	Parcial	Não Atende	Observação/ Exemplos de ação
1. A IFES incentiva e promove a contratação de obras públicas que respeitem padrões de sustentabilidade?	x			
2. A IFES incentiva e promove a compra de bens que respeitem os padrões de sustentabilidade?	x			
3. A IFES incentiva e promove a contratação de serviços públicos que respeitem os padrões de sustentabilidade?	x			

Fonte: Elaborado pelo autor

Na aquisição de bens, o valor total de itens sustentáveis entre os anos de 2018 e 2019 foi de R\$ 110.942,00, conforme extraído do Painel de Compras do Governo Federal. Portanto, a IFES incentiva e promove compra de bens que respeitem os padrões de sustentabilidade.

Nas contratações de serviços públicos, a orientação predominante nos processos licitatórios é a de que em toda a execução do contrato, os serviços deverão observar, sempre que couber, inclusive na aquisição de materiais, o atendimento da IN 01/2010 e normas referentes à sustentabilidade ambiental, na realização de seus procedimentos de troca, otimização ou redefinição de equipamentos, serviços e instalações que permitam ampliação da eficiência energética, economia e adoção de materiais certificados, entre outros aspectos relevantes ambientalmente.

Assim sendo, o estudo de Freitas, Borgert e Pfitscher (2011) enfatiza que as universidades são instituições que produzem discussões e soluções a respeito da temática social e ambiental, e por isso devem estas servir de exemplo e atuarem neste contexto. Neste sentido, atender aos objetivos da A3P torna-se uma forma de efetivarem as práticas e ambientais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os entes pertencentes à administração pública, em todas as esferas, devem ter destaques na efetivação de políticas públicas ambientais. Muito já tem se avançado em tais discussões, e muitas conquistas que se traduziram na forma de lei, mas ainda necessitamos de materialização nos atos dos agentes do poder público.

A Unifap por ser a principal instituição de formação superior no Estado tem-se, por parte da sociedade amapaense, grande expectativa por seus estudos, bem como que ela seja modelo na utilização de práticas ambientais sustentáveis efetivas, pois todos os anos são formados e disponibilizados ao mercado de trabalho diversos profissionais como advogados, Médicos, Enfermeiros, Pedagogos, Físicos, Fisioterapeutas, Educadores Físicos, Engenheiros, Arquitetos, dentre outros. Ressalta-se o quantitativo relativamente significativo de alunos matriculados, na graduação e pós-graduação, aproximadamente 15.000 alunos, em 2019.

O presente estudo buscou saber se a Universidade Federal do Amapá adere a práticas de gestão ambiental, além de buscar conhecer as principais potencialidades e entraves para a implementação dessas ações sustentáveis sobre a perspectiva da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e do Projeto Esplanada Sustentável (PES). Para que se pudesse alcançar o objetivo proposto, foram feitas entrevistas direcionadas a 386 membros da comunidade acadêmica (docentes, técnicos e discentes), além da aplicação de *check list* composto por 37 (trinta e sete) questões referentes aos eixos temáticos da A3P, as quais foram formuladas com base no Manual da Agenda Ambiental na Administração Pública – Cartilha A3P – e as respostas foram coletadas a partir de entrevistas direcionadas aos gestores dos setores estratégicos para implementação das políticas institucionais, além de serem direcionadas a servidores do Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento.

O instrumento de percepção ambiental é de extrema importância para melhor assimilar as relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas.

Com relação aos resultados apresentados através do questionário de percepção da comunidade acadêmica, ficou evidenciado que muitos membros da comunidade interna têm desconhecimento total sobre a existência de programas ou

ações de incentivo à promoção de sustentabilidade pela instituição. Por outro lado, alguns já ouviram falar, mas não tem conhecimento sobre tais ações ou programas sustentáveis implementados pela instituição, o que demonstra um nível baixo de interlocução interna relativa a essas políticas. Além disso, a pesquisa identificou que, para 70,7% dos entrevistados, a UNIFAP raramente se preocupa em aplicar ações de sustentabilidade.

A pesquisa evidenciou também que a comunidade acadêmica sabe e tem interesse na implantação de políticas de gestão ambiental na instituição, tendo elevado grau de conscientização sobre a importância da efetivação de práticas ambientais.

Por outro lado, os resultados do questionário demonstraram que a comunidade acadêmica tem pouco conhecimento ou conhecimento superficial sobre a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) ou sobre o Projeto Esplanada Sustentável (PES), e ficou evidenciado a pouca participação nas ações institucionais de sustentabilidades oferecidas pela instituição. Nesse ponto de vista, Buarque (2008) assevera que o desenvolvimento sustentável local depende da capacidade de mobilização dos atores envolvidos e de um ambiente de inovação que estimule a busca de alternativas e gere capacidade de adaptação da comunidade às mudanças de contexto.

Por sua vez, através do check list proposto por Freitas e Borget (2011), foi possível identificar que a Unifap não atende de forma satisfatória aos eixos propostos pela Agenda Ambiental da Administração (A3P) e do Projeto Esplanada Sustentável (PES), pois como identificado, questões como acessibilidade ainda são muito precárias, a instituição não dispõe de rampas em todos os prédios, não há continuidade das passarelas, interligando os prédios, e quando há, o piso está danificado, dificultando a vida do cadeirante. Ademais, a instituição não dispõe de sinais sonoros ou luminosos, para atendimento aos acadêmicos e servidores surdos e/ou cegos.

Todavia, a instituição conseguiu cumprir integralmente algumas questões estabelecidas nos eixos da A3P, como por exemplo no que se refere as licitações sustentáveis.

A não adesão da instituição a A3P demonstra que a instituição não priorizou o debate das questões ambientais no seu cotidiano. Desta forma, conclui-

se que parte das ações implementadas é para cumprir com marcos legais impostos pela União.

Para além da pesquisa, temos que reconhecer que os problemas ambientais não podem ser solucionados por este ou aquele ramo do saber e, por isso, além da academia precisa-se juntar esforços sociais para tentar alcançar metas sustentáveis que auxiliem no combate ao desperdício e redução de custos operacionais.

Portanto, o estudo evidencia que através da introdução políticas de melhoria do gasto público, sob a perspectiva das políticas de gestão ambiental, torna-se necessário que a gestão superior prime pela aquisição de bens e serviços que levem em consideração a sustentabilidade ambiental, bem como introduza procedimentos de trabalhos e propostas que ajudem a otimizar os recursos financeiros disponíveis,

Recomendações para estudos futuros são no sentido de aprofundar pesquisas que permitam conhecer a percepção da comunidade acadêmica no que tange a inserção de práticas sustentáveis após a inserção dos projetos ambientais inseridos pela Unifap; realizar levantamento visando indicar quais foram as práticas e ações implantados nos prédios da instituição, e caso de verificar por que os gestores não implantaram outras.

Esse estudo aponta como proposições a destinação específica de recursos orçamentários para realização de ações sustentáveis na instituição (“Fundo” para Ações Sustentáveis); criação de editais para premiação de estudos que consigam melhorar/otimizar o consumo de água e energia elétrica (destinação de bolsas); adesão a Agenda da Administração Pública, do MMA; destinação das multas das empresas ao “Fundo” para Ações Sustentáveis da Unifap e a Criação do Grupo de Trabalho para efetivação de práticas e ações sustentáveis na instituição.

REFERÊNCIAS

- ALBERTO, Jorge Luís Moreira; BALZAN, Newton César. Avaliação de projeto político-pedagógico pelos funcionários: espaços e representatividade. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 745-770, nov. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141440772008000300007&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em: 03 set. 2019.
- AMARAL, M. D. B. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental – Marabá (PA) e Macapá (AP)**. 2010. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES. **CLIV reunião ordinária do Conselho Pleno da ANDIFES**. [S.l.]: ADIFES, 2016. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/CLIV-reuni%C3%A3o-Ordin%C3%A1ria-do-Conselho-Pleno-da-Andifes.pdf>. Acesso em: 16 abr.2017.
- BARATA, Martha Macedo de Lima. O setor empresarial e a sustentabilidade no Brasil. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v.1, n.8, p.44-47, set. 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=441742831006> . Acesso em: 20 fev. 2019.
- BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BARBIERI, José. Carlos. Políticas públicas indutoras de inovações tecnológicas ambientalmente saudáveis. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.31, n.2, p.135-52, mar-abr, 1997.
- BATISTA, Fábio Ferreira. **Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira: como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão**. [S.l.: s.n], 2012.
- BECKER, Bertha. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Parcerias Estratégicas**, v.5, n. 12, p. 135-159, set. 2001.
- BEZERRA, Maria do Carmo de Lima. **Planejamento e Gestão Ambiental: uma abordagem do ponto de vista dos instrumentos econômicos**. 195f. 1996. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituição de Ensino, Universidade de São Paulo, São Paulo,1996.
- BRASIL. Senado Federal. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1029/57.pdf?sequence=4>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista4-mat11.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2019.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CAMPOS, Ana Luiza Garcia. **Políticas Públicas Ambientais: conservação da biodiversidade e gestão dos serviços ecológicos**. 2013. 26 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-graduação em Direito, Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CAMPOS, Lucila Maria de Souza *et al.* **Sistema de gestão e avaliação de desempenho ambiental: uma proposta de implementação**. [S.l.]: SGADA, 2001.

CHAGAS, Marco Antonio. **Gestão Ambiental no Amapá: evolução e contribuição do Subprograma de Política de Recursos Naturais do PPG7**. 2003. 154f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

CHAUI, M. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Conferência de abertura da 26ª reunião anual da ANPED. Poço de Caldas, 05 de out. 2003. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/26/marilenachauianped2003.doc>. Acesso em: 25 ago. 2011.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. Desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. **Interações**, Campo Grande, v. 8, n. 13, p.55-59, 2016.

CORRÊA, V. A. **As instituições de ensino superior e a gestão ambiental**. Porto Alegre: [s.n], 2004.

COSTA, M.C.L. **Do Higienismo ao ecologismo: os discursos sobre o espaço e o urbano: temas para debates**. Fortaleza: EdUFC, 1997.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

O ECOTURISMO É UMA ATIVIDADE PERMITIDA E DESEJÁVEL EM VARIAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ. Site amapaecocamping, 2018. Disponível em: <http://www.logicambiental.com.br/ucs/>. Acesso em: 09 set. 2019.

FOCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FLORIANO, Eduardo P. **Políticas de gestão ambiental**. 3. ed. Santa Maria: Anorgs, 2007.

FOUTO, A. R. F. **O papel das universidades rumo ao desenvolvimento sustentável: das relações internacionais às práticas locais**. [S.l.: s.n], 2002.

Disponível em: http://campus.fct.unl.pt/campusverde/W_RIA_ARFF.doc. Acesso em: 08 jul. 2017.

GALINDO, Alexandre Gomes. **Participação social no desenvolvimento de políticas públicas no estado do Amapá**: um olhar sobre a elaboração e execução do plano plurianual de Macapá-AP no período de 2013 a 2016 – Macapá : UNIFAP, 2017. 330p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GODARD, Olivier. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. *In*: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento**: novos desafios para a pesquisa ambiental. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GONÇALVES, Idomar Sá; GONÇALVES, Vanda Lúcia Sá. Políticas públicas, percepção e gestão ambiental. Planeta Amazônia: **Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, Macapá, v.9, n. 5, p.167-177, 2013.

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **GEO Brasil 2002**: perspectivas do meio ambiente no Brasil 2002. Brasília: EdIBAMA, 2002.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v.8, n.118, p.189-206, mar. 2003 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742003000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 mar. 2019.

KRUGER, Silvana Dalmutt *et al.* Gestão ambiental em instituição de ensino superior: uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (A3P). **Revista GUAL.**, Florianópolis, v. 4, n. 3, p. 44-62, set./dez., 2011.

LIMA, Kátia. Aumento de vagas docentes não cobre expansão. **Revista Andes Especial**, Brasília, n. 3, p. 94-97, abr. 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda Ambiental da Administração Pública**.

LOPES, Fernando Dias. Teoria institucional e gestão universitária: uma análise do processo de avaliação institucional na UNIJUÍ. **Revista Eletrônica de Administração–READ**, Porto Alegre, v. 5, n. 4, p.88-89, 1999.

MACEDO, Renato Luiz Grisi. **Percepção e Conscientização Ambiental**. Lavras/MG: EdUFLA/FAEPE, 2000.

MARTENS, Ana Elizabeth. **Gestão Estratégica em Universidades**. [S.l: s.n], 2014.

MARTINS, V. L., SANTOS, J. Primeiros discursos: Uma A3P Participativa na Universidade Federal da Paraíba, CAMPUS IV LN – Rio Tinto. **X Congresso de Ecologia do Brasil**, São Lourenço – MG, 16 a 22 de Setembro de 2011.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário.** 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MORAIS, Reinaldo Carvalho de *et al.* **Eficiência do gasto público em educação fundamental nas prefeituras mineiras: uma abordagem via análise envoltória de dados.** [S.l: s.n], 2009.

MIMAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ (MP-AP). **Atlas das Unidades de Conservação.** Macapá, 2011. Disponível em: <http://www.mpap.mp.br/download/107-atlas-das-unidades-de-conservacao-do-estado-do-amapa>. Acesso em: 08 dez. 2018.

MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE. **Agenda Ambiental na Administração Pública.** 5. ed. Brasília: MMA, 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>. Acesso em: 16 maio 2019.

NETO, Alexandre Shigunov; CAMPO-S, Lucila Maria de Souza; SHIGUNOV, Tatiana. **Fundamentos da Gestão Ambiental.** Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

OTERO, Gabriela Gomes Pro. **Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: práticas dos Campi na Universidade do Estado de São Paulo.** 2010. 165f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente) – Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.iee.usp.br/producao/2010/Teses/OTERO_2010.pdf. Acesso em: 14 abr. 2017.

PORTO, J. L. R. **Desenvolvimento Geográfico Desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: reformas da condição fronteira amapaense (1943- 2013).** Blumenau: EdFURB/PPGDR, 2014.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico.** São Paulo: Ed.Respel, 2002.

PRICE WATERHOUSE GEOTÉCNICA - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO IBAMA. **Cenários de Gestão Ambiental Brasileira: relatório final.** Brasília, IBAMA, 1992.

SANTANA, Eliane Santos de; LIMA, Elisenia de Carvalho; SANTOS, Betisabel Vilar de Jesus. Práticas de educação ambiental projeto: escola e comunidade cuidando do meio ambiente. **Caderno de Graduação- Ciências Humanas e Sociais – UNIT,** Aracaju, v. 1, n.16, p. 59-71, mar. 2013.

SANTOS, Murillo Giordan; BARKI, Teresa Villac Pinheiro (Coord.). **Licitações e Contratações Públicas Sustentáveis.** Belo Horizonte: Fórum, 2011.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SOUZA, Celina. “Estado da Arte” da Área de Políticas Públicas: conceitos e principais tipologias. **XXVII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) GT: Políticas Públicas**. Caxambu, MG, p. 1-16, 21 a 25, 2003.

SOUZA, Narda Margareth Carvalho Gomes de. **Gestão ambiental pública na Amazônia brasileira**: uma análise do projeto de gestão ambiental integrada no estado do Pará. [S.l: s.n], 2013.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. 3. ed. Florianópolis : EdUFSC, 2014.

TAUCHEN, J. A. Gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Revista Gestão & Produção**, v. 13, n. 3, p. 503-515, set./dez. 2006.

TAVARES, Everkley Magno Freire. Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável: dilemas teóricos e pragmáticos. **HOLOS**, v. 1, n.9, p. 120-129, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Relatório de Gestão do Exercício 2014**. Macapá: UNIFAP, 2014. Disponível em: <http://www2.unifap.br/deplan/files/2011/08/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3ode-2014-UNIFAP.pdf>. Acesso em: 16 abr.2017.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ANEXO A – CHECK LIST DE ADESÃO AOS OBJETIVOS DA A3P

Quadro 1 – *Check list* de adesão aos objetivos da A3P.

Objetivos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)
Objetivo 1 – Sensibilização dos gestores
Há sensibilização dos gestores, em relação à gestão e responsabilidade socioambiental na instituição?
Objetivo 2 – Economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais
3. A gestão ambiental na IFES promove o uso racional de recursos naturais e bens públicos?
4. A gestão ambiental na IFES promove a redução de gastos institucionais?
Objetivo 3 – Redução do impacto socioambiental negativo
2. A gestão ambiental na IFES contribui para a redução de impacto socioambiental negativo, direto e indireto, provocado pelas atividades administrativas e operacionais da instituição?
Objetivo 4 – Revisão de padrões de produção e consumo e adoção de novos padrões de sustentabilidade
3. A gestão ambiental na IFES contribui para a adoção de novos padrões de sustentabilidade na administração pública?
4. A gestão ambiental na IFES contribui para a adoção e revisão dos padrões de produção e consumo?
Objetivo 5 – Melhoria da qualidade de vida
2. A gestão ambiental na IFES contribui para a melhoria da qualidade de vida dos acadêmicos, técnicos e docentes?

Quadro 2 - Check list adesão aos eixos temáticos da A3P.

Eixos Temáticos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)	
Eixo 1 – Uso racional dos recursos naturais e bens públicos	
1	A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?
2	A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de energia?
3	A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?
4	A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos plásticos?
5	A IFES desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos?
Eixo 2 – Gestão adequada dos resíduos gerados	
5.	A IFES desenvolve e incentiva a política dos 5R's?
6.	A coleta seletiva na IFES atende a resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2005?
7.	A IFES possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006?
8.	Há destinação adequada a resíduos perigosos?
Eixo 3 – Qualidade de vida no ambiente de trabalho	
1.	A IFES oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos seus servidores e bolsistas?
2.	A IFES atende a todas as exigências de acessibilidade, em todas as suas instalações?
1.	A IFES possui preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos servidores e bolsistas?
2.	A IFES possui uma comissão interna de prevenção de acidentes?
3.	A IFES possui controle da jornada de trabalho?
4.	A IFES possui grupo especializado /capacitado para apoio a neuroses (antitabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas)
5.	Os ambientes da IFES, especialmente os de trabalho, são salubres?
6.	A IFES possui programa de saúde ocupacional?
7.	A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades a serem desenvolvidas?
8.	A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através do aproveitamento das habilidades individuais e coletivas?
9.	A IFES incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da

percepção do significado do trabalho individual e coletivo?
10. A IFES incentiva e promove a integração social interna e externa, através da ausência de preconceitos?
11. A IFES incentiva e promove a integração social interna, através da integração de servidores em áreas comuns e eventos de finalidade integrativa?
12. A IFES incentiva e promove a integração social interna, através do senso comunitário?
13. A IFES incentiva e promove a integração social interna, através da promoção dos relacionamentos interpessoais?
14. A IFES incentiva e respeita a liberdade de expressão?
15. A IFES incentiva e respeita a privacidade pessoal?
16. A IFES incentiva e respeita o tratamento Impessoal?
Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores
5. A IFES desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-administrativos?
6. A IFES desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes?
7. A IFES desenvolve ações de sensibilização com o corpo discente?
8. A IFES desenvolve ações de sensibilização com a comunidade no entorno da instituição?
Eixo 5 – Licitações sustentáveis
4. A IFES incentiva e promove a contratação de obras públicas que respeitem padrões de sustentabilidade?
5. A IFES incentiva e promove a compra de bens que respeitem os padrões de sustentabilidade?
6. A IFES incentiva e promove a contratação de serviços públicos que respeitem os padrões de sustentabilidade?

ANEXO B - QUESTIONÁRIO SOBRE PERCEPÇÃO

O questionário apresentado é parte de um instrumento de pesquisa do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas (MPPPP), da Universidade Estadual do Ceará, tendo como finalidade conhecer a percepção da comunidade interna da UNIFAP em relação às questões ambientais. Você foi selecionado para participar desse estudo e, portanto, enfatizamos que sua colaboração é muito importante. Pedimos que responda as perguntas de acordo com o que você percebe ou sente, que seja de forma sincera e pessoal, sem se preocupar em ser politicamente correto, amigável ou agradável. Favor assinalar somente uma alternativa de resposta. Não é necessário identificar-se

Categoria pertencente () Técnico-administrativo () Docente () Discente

Sexo () Masculino () Feminino

Faixa etária () até 20 anos () de 21 a 30 () de 31 a 40 () de 41 a 50 () de 51 a mais anos.

Escolaridade () Superior incompleto () Superior completo () Especialização

() Mestrado () Doutorado () Pós doutorado

1) Onde você obtém informações sobre as questões ambientais no seu cotidiano?

() Mídia em geral (televisão, jornal, revistas, rádio, internet, etc...)

() Universidade

() Livros e revistas

() Outros _____

2) Na sua percepção a Instituição se preocupa em aplicar ações de sustentabilidade?

() Sempre

() Frequentemente

() Raramente

() Nunca

3) Você sabe se existem programas ou ações de incentivo para promover a sustentabilidade na Unifap?

() Sim, conheço

() Sim, mas conheço superficialmente.

() Já ouvi falar, mas não tenho conhecimento.

() Desconheço totalmente.

4) Em sua opinião, você acha importante a implantação de políticas de gestão ambiental na Unifap?

() Extremamente importante

- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância

5) Você conhece ou já ouviu falar sobre Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) ou sobre o Projeto Esplanada Sustentável (PES)?

- Sim, conheço a A3P e o PES.
- Sim, mas conheço superficialmente.
- Já ouvi falar, mas não tenho conhecimento.
- Desconheço totalmente

6) Em qual das seguintes atividades você acha mais importante implementar ações de sustentabilidade e racionalização do gasto na Unifap ?

- Energia elétrica Água Vigilância Manutenção predial Limpeza e conservação Outros _____

7) Na Universidade, você tem oportunidade para compartilhar suas ideias e/ou sugestões relativas à sustentabilidade?

- Sempre
- Frequentemente
- Raramente
- Nunca

8) Você acha importante que algumas ações de gestão ambiental da universidade sejam propostas através de editais?

- Extremamente importante
- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância

9) Qual o grau de importância do debate sobre sustentabilidade e racionalização de gastos na Unifap?

- Extremamente importante
- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Sem importância

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ****CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA****MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****(Resolução 466/2012 CNS/CONEP)**

O Sr. (a) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “**O (DES) USO DA POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL COMO FORMA DE RACIONALIZAÇÃO DO GASTO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**: Uma análise sobre a perspectiva da agenda ambiental da administração pública (A3P) e do Projeto Esplanada Sustentável (PES)”. O objetivo deste trabalho é analisar a utilização de práticas de gestão ambiental, bem como quais são as principais potencialidades e entraves para a implementação dessas ações na Universidade Federal do Amapá, sobre a perspectiva da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e do Projeto Esplanada Sustentável (PES). Para realizar o estudo será necessário que o (a) Sr. (a) se disponibilize a participar da aplicação desse questionário, previamente agendadas a sua conveniência ou eletronicamente. Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para avaliar as possibilidades de expansão e/ou implantação de práticas de gestão sustentáveis na Unifap.

As informações coletadas serão utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da concordância deste termo. Os riscos da sua participação nesta pesquisa são quase inexistentes. Entretanto, mesmo com toda precaução, o que pode ocorrer como risco é a possibilidade de conhecimento do entrevistado por terceiros.

O benefício da pesquisa é demonstrar que administração pública federal, na condição de usuário de bens de consumo, necessita dar o primeiro passo para reduzir o consumo dos recursos naturais, minimizando os impactos decorrentes da execução de suas atividades administrativas e operacionais.

O (a) Sr. (a) terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através dos telefones: (96), 99121-8191. O senhor (a) também poderá entrar em contato com , o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Amapá Rodovia JK, s/n – Bairro Marco Zero do Equador - Macapá/AP, para obter informações sobre esta pesquisa e/ou sobre a sua participação, através dos telefones 4009-2804, 4009- 2805.

Desde já agradecemos!

José Pery dos Anjos Lobato Junior
Mestrando em Planejamento e Políticas Públicas
Universidade Estadual do Ceará

e-mail:perly.lobato@gmail.com

Orientador Prof. Dr. Alexandre Galindo

APÊNDICE B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O (DES) USO DA POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL COMO FORMA DE RACIONALIZAÇÃO DO GASTO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ: Uma análise sobre a perspectiva da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e do Projeto Esplanada Sustentável (PES).

Pesquisador: JOSE PERY DOS ANJOS LOBATO JUNIOR

Versão: 2

CAAE: 10783819.4.0000.0003

Instituição Proponente: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

DADOS DO COMPROVANTE

Número do Comprovante: 033088/2019

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

Informamos que o projeto O (DES) USO DA POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL COMO FORMA DE RACIONALIZAÇÃO DO GASTO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ: Uma análise sobre a perspectiva da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e do Projeto Esplanada Sustentável (PES), que tem como pesquisador responsável JOSE PERY DOS ANJOS LOBATO JUNIOR, foi recebido para análise ética no CEP Universidade Federal do Amapá - UNIFAP em 02/04/2019 às 10:54.

Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek de Oliveira - Km.02

Bairro: Bairro Universidade **CEP:** 68.902-280

UF: AP **Município:** MACAPÁ

Telefone: (95)4009-2805 **Fax:** (95)4009-2804 **E-mail:** cep@unifap.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ - UNIFAP



Continuação do Parecer: 3.345.981

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1324698.pdf	23/05/2019 20:42:51		Aceito
Outros	Anuencia.pdf	23/05/2019 13:34:58	ORILENA DOS SANTOS LIMA E LOBATO JOSE PERY DOS ANJOS LOBATO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	23/05/2019 13:34:11	ORILENA DOS SANTOS LIMA E LOBATO JOSE PERY DOS ANJOS LOBATO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetopery.pdf	29/03/2019 16:35:41	ORILENA DOS SANTOS LIMA E LOBATO JOSE PERY DOS ANJOS LOBATO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	29/03/2019 16:35:05	ORILENA DOS SANTOS LIMA E LOBATO JOSE PERY DOS ANJOS LOBATO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MACAPA, 24 de Maio de 2019

Assinado por:
RAPHAELLE SOUSA BORGES
(Coordenador(a))